

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA  
INTERNACIONAL

RICARDO GRIÃO DA SILVA

**A ENTRADA DA BOLÍVIA NO MERCOSUL: MOTIVAÇÕES E CONTRADIÇÕES**

RIO DE JANEIRO  
2023

RICARDO GRIÃO DA SILVA

**A ENTRADA DA BOLÍVIA NO MERCOSUL: MOTIVAÇÕES E CONTRADIÇÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo

RIO DE JANEIRO  
2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

S586e Silva, Ricardo Grião.  
A entrada da Bolívia no Mercosul: motivações e contradições / Ricardo Grião  
Silva. – 2023.  
86 f.

Orientadora: Cristina Soreanu Pecequilo.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de  
Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2023.  
Bibliografia: f. 83 - 86.

1. Integração regional. 2. Mercosul. 3. Bolívia. I. Pecequilo, Cristina Soreanu,  
orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 337.11

RICARDO GRIÃO DA SILVA

**A ENTRADA DA BOLÍVIA NO MERCOSUL: MOTIVAÇÕES E CONTRADIÇÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. CRISTINA SOREANU PECEQUILO - UFRJ

Orientadora

---

Profa. Dra. REGIANE NITSCH BRESSAN

Examinadora

---

Prof. Dr. JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE

Examinador

RIO DE JANEIRO  
2023

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar eu agradeço a minha mãe Ilza que com todas as dificuldades econômicas e de saúde dedicou tanto amor e carinho aos filhos; ela sempre se preocupava em saber onde seu filho estava, se havia se alimentado, se tinha dormido bem, se estava agasalhado nos dias frios; e que sempre teve o sonho de que seus três filhos pudessem estudar, espero que com esse trabalho eu realize seu sonho.

Agradeço ao meu pai, Carlos, por toda a companhia e dedicação no dia a dia, a minha irmã Carla pelas conversas que geravam dos debates teóricos, desde economia e política, aos mais diversos assuntos e por me incentivar sempre a estudar. A minha irmã Janaina pelo incentivo e a ajuda nos momentos de necessidade durante o período da pandemia de COVID-19. A Júlia, minha sobrinha e parceira de jogos de tabuleiros. Agradeço a minha companheira Licet pela luz, bondade e companheirismo de todas as horas.

Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ao seu programa de pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI) que me possibilitou aprender cada vez mais sobre a Economia Política Internacional, me permitindo conhecer uma série de novos autores e trabalhos teóricos, além de oferecer toda a estrutura para que eu pudesse realizar parte do mestrado por meios virtuais com o auxílio de plataformas digitais para assistir as aulas e as respostas, sempre muito prestativas, de dúvidas que iam surgindo nesse período distinto da pandemia do COVID-19.

Agradeço a minha orientadora, Dra. Cristina Soreanu Pecequilo, que contribuiu de forma considerável para a materialização desta pesquisa, me orientando na realização desse novo processo de escrita de uma dissertação, algo que para mim parecia bastante complexo, ainda mais em um período de pandemia, mas que com a sua gigantesca ajuda e ensinamentos foi possível concretizar este trabalho. Agradeço aos professores Carlos Aguiar de Medeiros, Carlos Eduardo Martins, Ricardo Zortéa Vieira, Eduardo Alberto Crespo, Maurício Medici Metri, Raphael Padula, Luís Felipe Brandão Osório, Numa Mazat, e todo o conjunto docente do PEPI que permitiram enriquecer meus conhecimentos sobre a Economia Política Internacional.

Agradeço aos professores Luciano Wexell Severo e Fernando Correa Prado (da UNILA) que são ex-alunos do PEPI, que me apresentaram novas possibilidades de mestrado, levando com que eu optasse por me candidatar ao programa Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Agradeço ao meu avô Laerte, aos meus tios Lúcio, Ilma e

Edna pelas conversas. Aos cunhados Francisco e Cláudio pelos debates entusiasmados sobre filmes.

Aos amigos de turma que entraram comigo no programa do PEPI e que participaram das disciplinas conjuntamente, com destaque para o amigo Yan Vaz de Melo, que estudou comigo na graduação e agora no mestrado, permitindo que repetíssemos essa parceria. Agradeço aos amigos Leonardo Dias, Lucas Henrique e Ayrton Correia pelos momentos de descontração assistindo jogos de futebol e jogando jogos eletrônicos. Aos amigos que participaram juntamente comigo do recenseamento do censo do IBGE em São Paulo. Aos colegas e amigos espalhados por São Paulo, Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu e Curitiba.

*Dedico este trabalho a minha mãe Ilza  
Angelina Grião da Silva (in memoriam)  
por todo amor e carinho.*

## RESUMO

### A ENTRADA DA BOLÍVIA NO MERCOSUL: MOTIVAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Ricardo Grião da Silva  
Orientadora: Dra. Cristina  
Soreanu Pecequilo

A aspiração do Estado Plurinacional da Bolívia de fazer parte do Bloco Econômico do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL teve início durante os governos de Evo Morales (2006-2019), sendo assinado o protocolo de adesão no ano de 2015. A ideia de que o país estaria acessando um enorme mercado para sua produção se colocou como fator principal para a sua entrada no bloco, entretanto, o fator comercial parece não ser em tal intensidade o fator principal para a integração com o MERCOSUL, aparentando haver outros interesses para a integração com o bloco. Sendo assim, quais seriam os outros interesses dessa motivação? Esta foi a pergunta que norteou o trabalho. Ao longo do trabalho foram apresentados o histórico dos principais blocos do qual o Estado boliviano foi membro durante o século XX, além de apresentar a sua atuação dentro destes blocos. Depois se apresentou o contexto sociopolítico em que Evo Morales chegou a poder na Bolívia, partindo então para apresentar a atuação de seu governo, primeiramente na política interna que buscou a redução das desigualdades sociais, um modelo de desenvolvimento, além do marco que foi o processo de nacionalização dos hidrocarbonetos. Na sua política externa, rompeu com a política de alinhamento com os Estados Unidos, fato que gerou uma relação tensa com os governos do país norte-americano; se aproximou do governo de Hugo Chávez da Venezuela com o qual apresentava afinidades políticas; buscou desenvolver a integração com Brasil e Argentina, que são dois de seus principais parceiros comerciais; e apresentou uma política de defesa na recuperação de uma saída para o oceano perante o Chile. No final do trabalho, se apresentou o processo de entrada boliviano no MERCOSUL, apresentando um panorama desse processo e respondendo a pergunta que norteava este trabalho, não sendo o fator comercial o motivo preponderante para a entrada boliviana no MERCOSUL, revelou-se que os motivos principais estão relacionados com o potencial na projeção internacional da Bolívia e a uma alternativa aos blocos Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América e a Comunidade Andina. Ao longo do trabalho foram analisados alguns discursos do presidente Evo Morales e de seu governo. Este trabalho teve como ponto final o ano de saída de Evo Morales da presidência em 2019.

**PALAVRAS-CHAVES:** Bolívia, MERCOSUL, América do Sul, Integração Regional, América Latina.



## **ABSTRACT**

### **BOLIVIA'S ENTRY INTO MERCOSUR: MOTIVATIONS AND CONTRADICTIONS**

Ricardo Grião da Silva  
Orientadora: Dra. Cristina  
Soreanu Pecequilo

The aspiration of the Plurinational State of Bolivia to be part of the Southern Common Market Economic Bloc (MERCOSUR) began during the governments of Evo Morales (2006-2019), with the accession protocol being signed in 2015. The idea that the country would be accessing a huge market for its production was placed as the main factor for entry into the bloc, however, the commercial factor does not seem to be to such an extent the main factor for Bolivia's integration into MERCOSUR. There appears to be other interests for integration with MERCOSUR, so what would be the other interests of this motivation? This was the main question that guided the work. Throughout the work, the history of the main blocks of which the Bolivian State was a member during the 20th century was presented, in addition to presenting its activities within these blocks during the 20th century. Afterwards, the sociopolitical context in which Evo Morales came to power in Bolivia was presented, before starting to present the performance of his government, primarily in the internal policy that sought to reduce social inequalities, a model of development, in addition to the milestone that was the process of nationalization of hydrocarbons. In its foreign policy, it broke with the policy of alignment with the United States, a fact that generated a tense relationship with the governments of the North American country; it approached the government of Hugo Chávez of Venezuela, with whom he had political affinities; it sought to develop integration with Brazil and Argentina, which are two of its main trading partners; and it presented a defense policy in recovering an exit to the ocean before Chile. At the end of the work, the Bolivian entry process into MERCOSUR was presented, presenting an overview of this process and answering the question that guided this work, with the commercial factor not being the preponderant reason for Bolivian entry into MERCOSUR, it was revealed that the main reasons were related to Bolivia's potential for international projection and an alternative to the Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America and the Andean Community. Throughout the work, some speeches by President Evo Morales and his government were analyzed. This work had as its final point the year in which Evo Morales left the presidency, in 2019.

**KEYWORDS:** Bolivia, MERCOSUR, South America, Regional Integration, Latin America.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1- A BOLÍVIA EM SUA HISTÓRIA DE INTEGRAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1 BREVE HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO BOLIVIANA.....	17
1.2 ALALC / ALADI (1960 – ATUALMENTE) .....	19
1.3 CAN (1969 – ATUALMENTE) .....	20
1.4 ALBA (2004 – ATUALMENTE).....	23
1.5 ALCA (1994-2005, ENTRETANTO, NUNCA IMPLEMENTADA).....	26
1.6 UNASUL (2008- ATUALMENTE) .....	28
<b>CAPÍTULO 2 - AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA BOLÍVIA.....</b>	<b>31</b>
2.1 PERÍODO ANTERIOR À ELEIÇÃO DE EVO MORALES.....	31
2.2 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE CARLOS MESA .....	34
2.3 GOVERNO EVO MORALES: CONQUISTAS ECONÔMICAS E SOCIAIS .....	36
2.4 O DISCURSO DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO EVO MORALES: PRIMEIRAS CONCEPÇÕES .....	44
2.5 A EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE EVO MORALES: AVANÇOS E RECUOS.....	51
2.6 A RECEPÇÃO INTERNACIONAL DAS NACIONALIZAÇÕES .....	52
2.7 A DIFÍCIL RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS.....	54
2.8 DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES E A BUSCA POR INVESTIMENTOS EXTERNOS: UM PANORAMA GERAL.....	58
2.9. A RELAÇÃO BOLIVIANA COM OS PAÍSES VIZINHOS DURANTE O GOVERNO DE EVO MORALES .....	60
2.10 A DIFÍCIL RELAÇÃO COM A CAN E A BUSCA POR OUTROS PARCEIROS NA ÁSIA .....	65
<b>CAPÍTULO 3- A BOLÍVIA NO MERCOSUL (2006/2019).....</b>	<b>68</b>
3.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MERCOSUL .....	68
3.2. A IMPORTÂNCIA DA BOLÍVIA PARA O MERCOSUL E SUA ACEITAÇÃO.....	72
3.3. A EVOLUÇÃO GRADUAL DA ADMISSÃO DA BOLÍVIA NO MERCOSUL .....	74
3.4. AS RAZÕES QUE MOTIVARAM A DECISÃO DA BOLÍVIA PELO MERCOSUL	77

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>83</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1-</b> Países membros atuais da Associação Latino-Americana de Integração ALADI. .....	20
<b>FIGURA 2-</b> Países Membros da Comunidade Andina -CAN. Chile deixou o bloco em 1977 e Venezuela em 2006. ....	21
<b>FIGURA 3-</b> Países Membros da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, Tratado de Comércio dos Povos - ALBA, após a entrada da Bolívia no Bloco.....	25
<b>FIGURA 4 -</b> Países Fundadores da União de Nações Sul-Americanas- UNASUL no ano de 2008 .....	29
<b>FIGURA 5 -</b> Departamentos do Estado boliviano.....	40
<b>FIGURA 6-</b> Departamentos que compõem a região da “Media Luna”.....	41
<b>FIGURA 7-</b> Países que fazem fronteira com a Bolívia. ....	47
<b>FIGURA 8-</b> Países membros e Países associados do MERCOSUL .....	75

## LISTA DE SIGLAS

<b>ADN</b>	Ação Democrática Nacionalista
<b>ALADI</b>	Associação Latino-Americana de Integração
<b>ALALC</b>	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
<b>ALBA</b>	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos
<b>ALCA</b>	Área de Livre Comércio das Américas
<b>AP</b>	Aliança do Pacífico
<b>ATPDEA</b>	Lei Comercial Andina e Erradicação da Droga
<b>CAN</b>	Comunidade Andina
<b>CCMAS</b>	Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul
<b>CELAC</b>	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<b>CIA</b>	Agência Central de Inteligência
<b>CIADI</b>	Centro Internacional para Arbitragem de Diferenças Relativas a Investimentos
<b>CMC</b>	Conselho de Mercado Comum
<b>DEA</b>	Agência norte-americana de Administração de Fiscalização de Drogas
<b>DEP</b>	Revista brasileira de Diplomacia, Estratégia e Política
<b>ENTEL</b>	Empresa Nacional de Telecomunicaciones
<b>EUA</b>	Estados Unidos
<b>FIESP</b>	Federação das Indústrias de São Paulo
<b>FOCEM</b>	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
<b>IED</b>	Atração de investimentos estrangeiros diretos
<b>ISM</b>	Instituto Social do Mercosul
<b>MAS</b>	Movimento ao Socialismo - Instrumento Político para a Soberania dos Povos
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>MIR</b>	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
<b>MNR</b>	Movimiento Nacionalista Revolucionario
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>Pacto ABC</b>	Pacto que reunia Argentina, Brasil, Chile
<b>PARLASUL</b>	Parlamento do Mercosul

<b>PDVSA</b>	Petróleo da Venezuela S.A.
<b>PETROBRAS</b>	Petróleo Brasileiro S. A.
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>TCP</b>	Tratado de Comércio dos Povos
<b>TEC</b>	Tarifa Externa Comum
<b>TEC</b>	União Aduaneira e da Tarifa Externa Comum
<b>TLC</b>	Tratado de livre-comércio
<b>UNASUL</b>	União de Nações Sul-Americanas
<b>URUPABOL</b>	Acordo Trinacional entre Paraguai, Uruguai e Bolívia
<b>USAID</b>	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
<b>YPFB</b>	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

## INTRODUÇÃO

No ano de 2015 o Estado Plurinacional da Bolívia assinou o protocolo de adesão ao bloco econômico regional do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, bloco este que é formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. O fator comercial parecia ser o principal fator que motivava o desejo boliviano de se integrar ao bloco. Entretanto o país andino já desfrutava de preferências comerciais por ser um Estado-associado do bloco, as possíveis novas vantagens comerciais não resultariam em um grande aumento de vantagens.

Sendo assim, o pedido de entrada do MERCOSUL não parece ter sido motivado por possibilidades puramente comerciais. O primeiro protocolo de adesão da Bolívia no MERCOSUL foi firmado no ano de 2007, durante o Governo de esquerda de Evo Morales, considerado o primeiro presidente indígena do país e líder sindical dos produtores de coca. Com a sua chegada ao poder, a Bolívia rompeu com o receituário neoliberal dos governos anteriores, apresentando mudanças tanto internamente, com políticas baseadas na atuação do Estado de auxílio à população indígena, na redução das desigualdades econômicas e a busca por um caminho desenvolvimento; quanto externamente, com um viés mais autônomo e integracionista no continente sul-americano e em oposição aos Estados Unidos. Neste contexto, o governo de Evo Morales viu o MERCOSUL como uma oportunidade além das possibilidades comerciais, sendo uma oportunidade de projeção boliviana, com a oportunidade de ser parte dos processos decisórios de um bloco que apresenta uma projeção mundial considerável, além de ser uma opção alternativa em relação à ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) e a CAN (Comunidade Andina).

Portanto, o objetivo dessa dissertação é examinar quais foram as motivações, além do tema comercial, para motivar a Bolívia a buscar a sua entrada no MERCOSUL, e quais as contradições que podem ser identificadas neste processo. Para dar conta deste objetivo, o presente trabalho está dividido em três capítulos. Em seu conjunto, estes capítulos abordam tanto aspectos históricos da Bolívia e sua relação com processos de integração, como o governo de Evo Morales e seu perfil, e as relações entre Bolívia e MERCOSUL.

Assim, o primeiro capítulo aborda a Bolívia em seu histórico de integração com os países vizinhos, ele tem início apresentando um histórico dos principais acontecimentos do relacionamento da Bolívia com os países vizinhos antes da revolução de 1952, apresentando os conflitos que resultaram em perdas territoriais como a Guerra do Pacífico (1879-1883), a Guerra do Acre (1899-1903) e a Guerra do Chaco (1932-1935) e apresenta um panorama geral do período da revolução de 1952. Posteriormente, o capítulo se debruça a esclarecer

como foi participação boliviana em blocos anteriores ao seu pedido de entrada no MERCOSUL, sendo eles a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre-Comércio), a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), a CAN, a ALBA, a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), esta última nunca implementada efetivamente.

O segundo capítulo apresenta um panorama da política externa boliviana durante o governo de Evo Morales. Para tanto foi necessário apresentar primeiramente como se deu a sua chegada ao poder, em um período de bastante instabilidade política e também apresentar como era a linha de política externa dos governos anteriores, principalmente do governo do presidente Carlos Mesa. Posteriormente, o capítulo adentra ao período do governo de Evo Morales, apresentando as conquistas econômicas e sociais alcançadas, a nacionalização dos hidrocarbonetos, mas também apresentando um cenário dos principais movimentos de oposição interna ao seu governo; em seguida, o capítulo apresenta a política externa boliviana concretamente, apresentando a recepção internacional pelas nacionalizações dos hidrocarbonetos, a sua difícil relação com os Estados Unidos, a relação com os países vizinhos, com destaque para a Venezuela de Hugo Chávez, com quem o governo de Evo Morales tinha afinidades ideológicas, com Brasil e Argentina, países que são importantes parceiros comerciais, e com o Chile, em que a Bolívia tem pendências devido à defesa histórica do país de recuperar uma saída para o oceano; por fim apresenta as dificuldades com os interesses dos outros países membros da CAN e a busca por novos parceiros comerciais.

Por último, o terceiro capítulo, que tem o objetivo de analisar os motivos do governo boliviano por optar em ingressar no MERCOSUL. Este capítulo começa com a contextualização histórica do bloco, apresentando os principais eventos ao longo da história do bloco, depois apresenta os motivos que fizeram o MERCOSUL desejar a entrada da Bolívia como Estado-membro, posteriormente apresenta o processo de admissão boliviano passo a passo, e finaliza demonstrando as razões que motivaram a decisão do governo de Evo Morales de que a Bolívia ingressasse no MERCOSUL. Este trabalho teve como marco inicial e final o período em que o presidente Evo Morales permaneceu no cargo da presidência, que tem seu final em 2019, fatos posteriores sobre a adesão boliviana ao MERCOSUL não ficaram dentro do escopo do trabalho. Este trabalho também apresenta uma série de mapas que foram realizados a partir do software Qgis em sua versão 3.3.28.



## **CAPÍTULO 1 - A BOLÍVIA EM SUA HISTÓRIA DE INTEGRAÇÃO**

O objetivo desta dissertação, como indicado, é estudar a trajetória da entrada da Bolívia no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) durante o governo de Evo Morales (2006/2019). Para compreender este processo, porém, é necessário analisar os processos de integração anteriores dos quais a Bolívia participou ao longo do século XX e XXI, dentre eles: a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), a CAN (Comunidade Andina) a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos) a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e também compreender a recusa da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), bloco que nem chegou a se constituir, rechaçado por vários governos da região latino-americana.

Portanto, neste primeiro capítulo, a dissertação se propõe a analisar brevemente a situação do Estado Plurinacional da Bolívia nos outros processos de integração na América Latina nos séculos XX e XXI. Além disso, traz um breve estudo sobre o período anterior à eleição de Evo Morales. O texto visa apresentar um panorama sobre o assunto de forma breve, sem ter a pretensão de esgotar todos os temas.

### **1.1 BREVE HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO BOLIVIANA**

A história boliviana é marcada por um histórico de atrito com os países vizinhos. A Bolívia, a partir de sua independência, se envolveu em diversos conflitos militares que resultaram em derrotas que levaram à perda de grandes porções territoriais, além da perda de sua única saída para o oceano, resultando em um grande obstáculo para a exportação e consequentemente, um obstáculo para a sua economia.

O primeiro conflito foi a Guerra do Pacífico (1879-1883) em que se opuseram o Chile contra uma aliança de Peru e Bolívia, tendo como motivação a descoberta de jazidas de salitre. O conflito terminou com a vitória chilena e a anexação da única saída boliviana, para o oceano, gerando um profundo ressentimento no orgulho nacional da Bolívia. Assim, esta reivindicação litorânea se tornaria a principal reivindicação de sua política externa ao longo dos séculos (CORREA VERA; GARCÍA PINZÓN, 2013).

Posteriormente, o conflito da Guerra do Acre (1899-1903), em que o país andino se envolveu em um conflito contra o Brasil, motivado pelas disputas de uma região da Floresta Amazônica que continham árvores seringueiras. As árvores eram a principal matéria-prima

para a produção de borracha, matéria muito importante para a segunda revolução industrial. Seringueiros oriundos do Brasil foram adentrando no território boliviano, acarretando em um conflito entre o exército boliviano e os seringueiros brasileiros em uma região de difícil acesso. Os seringueiros brasileiros saíram vitoriosos, e a partir de acordos com o Brasil, o território é cedido para o Brasil e passa a ser o estado do Acre em 1904. Em troca, a Bolívia recebeu uma indenização em libras esterlinas e a construção de uma estrada de ferro que permitiria uma conexão com o oceano Atlântico para a Bolívia, que, de fato, nunca foi construída (KLEIN; BARNADAS, 1993).

O último conflito foi a Guerra do Chaco (1932-1935) com o Paraguai, pela posse de um território desabitado, no qual havia indícios da possibilidade de se descobrir reservas de petróleo. Com isso, este território passou a ser fonte de disputa entre as duas nações, influenciadas por disputas entre capitais internacionais ligados ao setor petrolífero. A Bolívia acabou por ser derrotada no conflito, resultando na perda de territórios e de uma possível saída para o mar a partir dos rios localizados na bacia da Prata. Estes conflitos geraram um profundo sentimento de desconfiança com os países vizinhos, fazendo com que, em muitos momentos em sua história a nação boliviana, se voltasse para dentro (KLEIN; BARNADAS, 1993).

Este conflito com o Paraguai acarretou, juntamente com as demandas da população indígena que foi excluída dos processos decisórios, em uma crise na política boliviana. Esse descontentamento originou a revolução de 1952 com a chegada de Víctor Paz Estenssoro do Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) ao poder, que tentou realizar uma política mais nacionalista. Porém, após o governo da revolução, a política boliviana se viu marcada pela instabilidade institucional, por sequências de interrupções de governos eleitos democraticamente, além da ebulição interna das massas desamparadas. Essa dificuldade de organização interna fez com que os esforços se concentrassem dentro do país, deixando a política externa em segundo plano (RESTIVO, 2018, p.17).

Segundo Restivo (2018), sobre a participação da Bolívia nos processos de integração durante os períodos de instabilidade política durante o século XX:

No início da década de 1970, já havia sinais da instabilidade institucional que o país passaria nos anos seguintes, com marchas e contramarchas, com medidas populares e antipopulares, que nada mais faziam do que mudar constantemente o horizonte boliviano. Nessas condições, o país passou a participar dos processos de integração ocorridos (ALALC e Pacto Andino), mas mais como um compromisso político do que com uma verdadeira intenção integracionista (RESTIVO, 2018, p.17, tradução própria).

Assim sendo, como se verá a partir dos próximos itens, a Bolívia praticamente atuou de forma coadjuvante nos processos de integração na região, apenas participando de maneira auxiliar no desenvolvimento dos blocos regionais, sem um projeto de protagonismo durante todo o século XX (RESTIVO, 2018, p.17).

## 1.2 ALALC / ALADI (1960 – atualmente)

A ALALC se originou de uma reunião em Montevideu, sendo composta na sua fundação por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. O bloco tinha como intenção a criação de uma área de livre comércio que incluiria todos os países da região (RESTIVO, 2018, p.17).

Entretanto, o bloco apresentou um grande problema em sua programação, pois não incluía uma integração baseada em planos conjuntos que visassem o desenvolvimento produtivo de todos os membros. O foco acabava sendo exclusivamente o comércio, favorecendo os países mais ricos da região e conseqüentemente com o maior desenvolvimento industrial. Estes países viam no bloco uma oportunidade de buscar mercados alternativos para seus produtos industrializados (RESTIVO, 2018, p.18).

A entrada boliviana no bloco se deu apenas em 1967, com a mesma não tendo como objetivo o planejamento de políticas conjuntas ou de desenvolvimento produtivo, apenas se limitando aos poucos acordos que beneficiavam os países mais pobres, além de coincidir com o período em que o bloco já estava passando por estagnação em seu desenvolvimento como bloco regional (RESTIVO, 2018, p.23). Posteriormente, houve uma tentativa de atualização, com a ALALC tornando-se ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) em 1980, ano em que a Bolívia era governada por uma ditadura militar, o que a fez ser isolada pelos outros países, não participando das negociações finais (RESTIVO, 2018, p.23). Atualmente a ALADI é formada por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (Figura 1).



**FIGURA 1-** Países membros atuais da Associação Latino-Americana de Integração- ALADI.

**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do site da ALADI (2022).

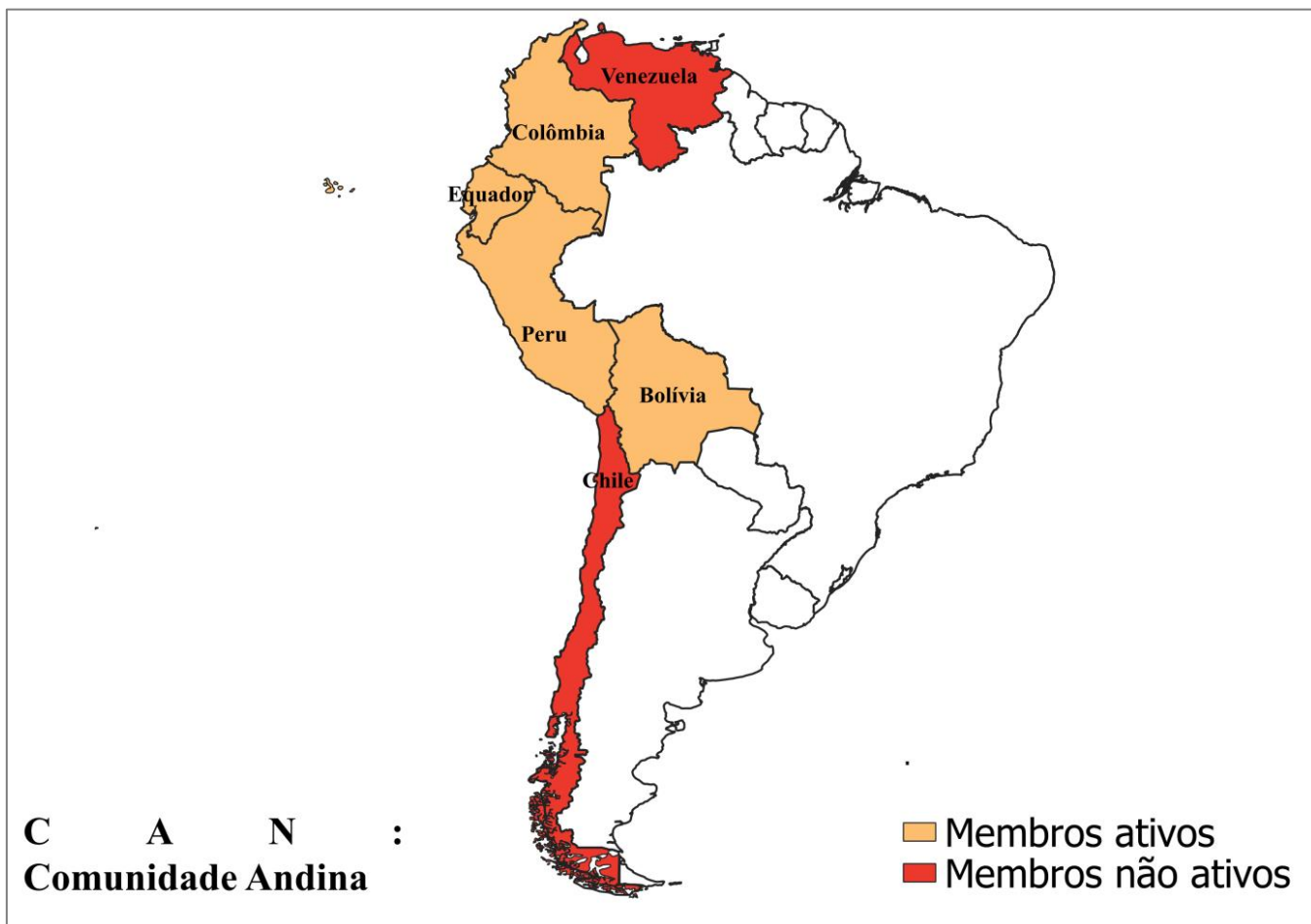
### 1.3 CAN (1969 – atualmente)

A ALALC era extremamente limitada para os interesses dos países andinos, que viam as suas participações relegadas de forma secundária. Os países andinos buscaram criar um novo bloco econômico, que não teria função somente comercial, mas também para buscar soluções para problemas comuns aos países da região andina, com a intenção de atingir o desenvolvimento social e econômico (RESTIVO, 2018, p.21).

O bloco regional CAN (Comunidade Andina) surgiu então, a partir do Acordo de Cartagena em 1969, tendo como membros fundadores Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru (Figura 2). A Venezuela entrou no bloco em 1973 e o Chile decidiu abandonar o bloco em 1977 durante período da ditadura de Augusto Pinochet, a última mudança do bloco foi à

saída da Venezuela em 2006 durante o governo de Hugo Chávez (RESTIVO, 2018; BRESSAN, LUCIANO, 2018).

O início da CAN foi bastante positivo, com a criação de instituições próprias de característica supranacional, demonstrando estar na vanguarda dos processos de integração da região sul-americana. Isto é demonstrado pelo fato de ter concebido instituições como o Tribunal Andino de Justiça, o Parlamento Andino, o conselho assessor econômico social e a Corporação Andina de Fomento. Entretanto, com o tempo foram gerando limitações e ineficiências, além da complexa conjuntura econômica dos países durante a crise da dívida nos anos 80 (RESTIVO, 2018, p.21).



**FIGURA 2-**Países Membros da Comunidade Andina -CAN. Chile deixou o bloco em 1977 e Venezuela em 2006.

**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do site da CAN (2022).

Bressan e Luciano (2018) listam uma série de dificuldades estruturais da qual o bloco econômico da CAN possuía, citando os autores que as identificaram. Segundo os autores (2018, apud AVENDAÑO, 1999; MATTLI, 1999)

Apesar do alto grau de complexidade institucional da integração andina e da existência de estruturas supranacionais, análogas à integração europeia, a integração andina apresenta baixo grau de eficiência em suas instituições (Avendaño 1999). Além disso, a falta de um país que se posicione como paymaster (Mattli 1999) da integração, ou seja, responsável pelos custos e condução deste processo, como fez a Alemanha no projeto europeu, liderando o processo de impulsão política do projeto integracionista, têm impedido que os resultados políticos da integração acompanhem o desenvolvimento de suas instituições (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p.63; apud AVENDAÑO, 1999; MATTLI, 1999).

Sendo assim, a integração andina não conseguiu fazer com que a complexidade institucional resultasse em um maior rendimento, e também a falta de um país capaz de liderar o processo integracionista. Assim, Bressan e Luciano (2018 apud PINTO, 2001; ZEGARRA, 2005) continuam enumerando outras dificuldades:

Nos diagnósticos da dificuldade de avanço da integração andina, mais quatro elementos foram adicionados ao rol de empecilhos ao desenvolvimento do projeto integracionista: ausência de um projeto político comum; baixo nível de consolidação democrática nos países da região; aumento do populismo neoliberal; e pouca participação da sociedade civil na integração (Pinto 2001). Além desses diagnósticos, pode ser adicionado o fato de que os países andinos possuem considerável grau de instabilidade política em comparação aos demais na América Latina (Zegarra 2005) (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p.63; apud PINTO, 2001; ZEGARRA, 2005)

Por último, os autores Bressan e Luciano (2018, apud Tussie & Trucco 2010) destacaram a divergência do posicionamento externo dentro do bloco:

Ademais, nos últimos anos, identifica-se uma polarização do posicionamento externo e regional dos Estados-membros da CAN, que têm acirrado as dificuldades no andamento do processo de integração andino. Alguns Estados buscaram ampliar sua inserção à economia internacional, por meio de políticas de abertura comercial para bens e serviços e proteção aos investimentos estrangeiros, como Peru e Colômbia (Tussie & Trucco 2010) (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p.64; apud Tussie & Trucco 2010).

Todas essas adversidades fizeram com que o bloco não progredisse para além de gerar discordâncias, chegando ao ponto de alguns países se retirarem do bloco.

A participação boliviana no bloco se deu desde a sua fundação, sendo o bloco econômico em que está há mais tempo. Em seu início, a Bolívia e Equador, foram tratados de maneira preferencial por serem os países com menor desenvolvimento econômico, permitindo assim que recebessem privilégios em tarifas e em um maior tempo de adaptação, para assim tentar reduzir as assimetrias com o restante dos membros do bloco. Entretanto, os resultados ficaram muito aquém do que se esperava obter por ser considerado o país de menor desenvolvimento, a integração na CAN não resultou em uma mudança na estrutura econômica, produtiva e social do país (RESTIVO, 2018, p.25).

Restivo (2018) descreve como as medidas foram insuficientes e não resultaram em uma mudança significativa para a Bolívia:

Buscava-se criar ou fortalecer as indústrias metalúrgica, petroquímica, automotiva e siderúrgica. Na área metalúrgica, foram criadas 16 empresas, das quais apenas uma estava em território boliviano. No setor petroquímico, o destaque foi para o crescimento de hidrocarbonetos, mas na Bolívia, onde a intenção era aumentar a capacidade de produção de gás no leste do país, não deu resultados. Os programas para os setores automotivo e siderúrgico em países menos desenvolvidos também não tiveram impacto. Muito atrás ficaram os benefícios que se esperava obter por ser considerado um país menos desenvolvido. A integração, nesta primeira parte, não mudou a estrutura produtiva, econômica, comercial ou social da Bolívia (RESTIVO, 2018, p.25, tradução própria).

Apesar disso, a participação boliviana no bloco não é questionada internamente no país, pois a CAN possui certa importância, representando o segundo maior mercado para as exportações bolivianas, atrás apenas do MERCOSUL. Além disso, o país já está profundamente vinculado ao bloco e tem participado ativamente nos diversos espaços jurídicos, de coordenação e elaboração de projetos (ZONCO VILLCA; 2008, p.77; RESTIVO, 2018, p.26).

Nos anos recentes, a CAN apresentou uma divisão entre seus membros, que demonstrou a fragmentação de escolha de qual caminho de integração seguir, com a Colômbia e o Peru buscando acordos bilaterais com os Estados Unidos além de suas adesões a Aliança do Pacífico, enquanto a Bolívia e o Equador adentraram na ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) seguindo os passos da Venezuela (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p.72).

#### 1.4 ALBA (2004 – atualmente)

O bloco regional da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos) foi criado em 2004 por iniciativa dos governos da Venezuela e Cuba, tendo como ponto central os interesses políticos acima dos interesses econômicos e comerciais, tendo como base a solidariedade, a cooperação, o bem-estar e a formação de capital humano entre os membros (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p.73; apud RAMOS 2010).

Bressan e Luciano (2018, apud BORBÓN, 2009) resumem a orientação da ALBA, além de descrever algumas propostas do bloco econômico:

A ALBA propõe a criação de mecanismos cooperativos no intuito de compensar desequilíbrios entre os países do hemisfério, pois além de realizar iniciativas para diminuir as assimetrias entre seus membros, prioriza também a construção de relação e cooperação com os demais projetos de integração da América Latina. O bloco propõe a construção de uma moeda comum chamada de Sistema de Compensação Único Regional, Sucre. Também pretende ser um instrumento

inclusivo, agregando os grupos sociais dos diferentes países que compõem o bloco e não apenas os grupos predominantes, que tradicionalmente conduzem os projetos da região. Concomitante à ALBA, foi criada a Petrocaribe, por iniciativa venezuelana, em cooperação aos países da América Central e do Caribe, cujo principal objetivo é contribuir para a segurança energética da região. O mecanismo defende um modelo de cooperação de energia guiada pela solidariedade e tratamento especial e diferenciado, cuja base é a política de concessão, preços subsidiados da Venezuela e a construção de empresas mistas para operar no mercado de petróleo (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p.73; apud RAMOS 2009).

Essa desconstrução de assimetrias é um fator fundamental devido à grande diferença de tamanho das economias dos países. A ALBA tem, ao mesmo tempo, países membros formados por ilhas com uma população bastante diminuta e países de grande população e extensão territorial. Notam-se também projetos de uma moeda comum aos membros e intenção em avançar na área de integração energética.

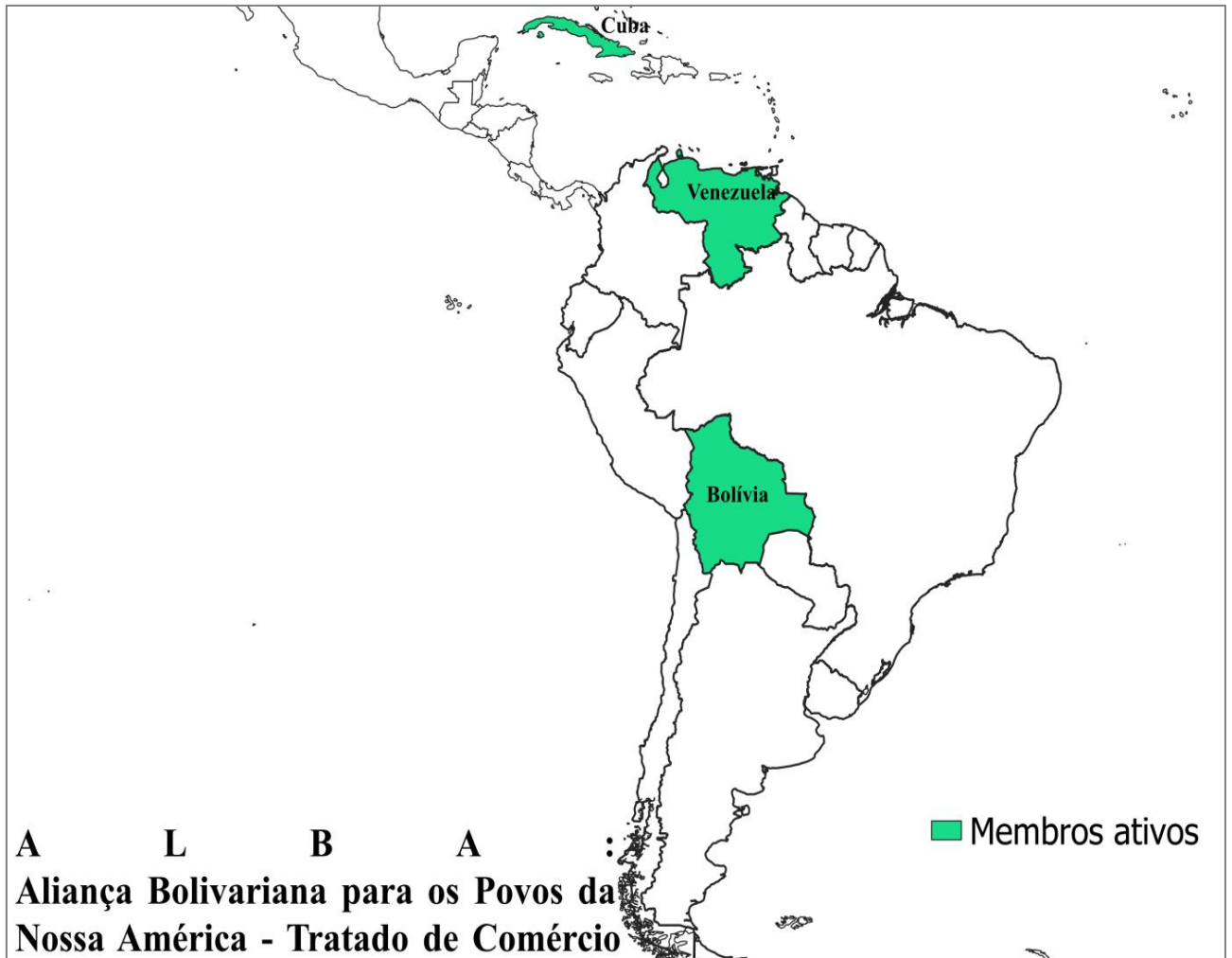
A entrada da Bolívia se deu no ano de 2006, (Figura 3) já durante o governo de Evo Morales, firmando o Tratado de Comércio dos Povos (TCP). Este tratado se transformou em uma mudança institucional, resultado da exigência boliviana de que bloco permitisse o estabelecimento de acordos de intercâmbio entre os membros. Anteriormente, o bloco se apoiava exclusivamente no intercâmbio entre o petróleo venezuelano para Cuba por preços inferiores ao mercado internacional, além de financiamento para o refino do petróleo na ilha, sendo compensado por Cuba com serviços de saúde e educação (RESTIVO, 2018, p.26-27).

A ALBA foi criada também de forma a antagonizar com a ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas). A ALCA era uma proposta de bloco de cunho neoliberal, e que integraria os países latino-americanos juntamente com os Estados Unidos e o Canadá visando à liberalização do comércio, favorecendo principalmente os dois países do norte. Essa proposta foi rejeitada pelos presidentes dos países membros da ALBA.

Essa oposição ao neoliberalismo proposta pela ALCA está presente na definição sobre a ALBA exposta pelo Ministério de Relações Exteriores da Bolívia em 2009, presente em uma frase do próprio presidente Evo Morales (BOLIVIA, 2009):

A ALBA-TCP é uma associação de países que lutam pela sua libertação e desenvolvimento para derrotar o imperialismo, o neocolonialismo e o neoliberalismo. Às vezes vejo como uma união de países anti-imperialistas que trabalham pela libertação dos povos. Evo Morales Ayma (BOLIVIA, 2009, p.9, tradução própria).





**FIGURA 3-** Países Membros da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, Tratado de Comércio dos Povos - ALBA, após a entrada da Bolívia no Bloco.

**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do site da ALBA (2006).

O documento continua demonstrando a rejeição, além de propor um processo de integração diferente:

A ALBA-TCP é uma resposta aos TLCs, aos acordos que as grandes potências pretendem nos impor em favor de suas empresas e corporações transnacionais. ALBA-TCP é a recuperação da soberania e a luta pela libertação dos povos de Nossa América, de Abya Yala. A ALBA-TCP é um espaço de integração diferente. É a decisão de nossos povos de lutar para se libertar da dominação econômica e subordinação política que foram submetidos ao longo de sua história: desde a colônia, da república até ao neoliberalismo contemporâneo. É a união e reconstrução da Abya Yala com base nos princípios ancestrais de complementaridade e unidade. A ALBA-TCP é a aurora dos povos (BOLIVIA, 2009, p.9, tradução própria).

Por último, Evo Morales cita no texto do Ministério de relações exteriores a importância da mudança para TLC (Tratado de livre-comércio), classificando como um projeto antagônico ao neoliberalismo:

O presidente Evo Morales diz no Preâmbulo do documento: “Conseguir uma verdadeira integração entre os povos, que transcenda os campos comercial e econômico, levando em conta as diferenças de cada nação, mas sempre protegendo a produção e as empresas nacionais. Um tratado que coloca acima de tudo o bem-estar do povo e o respeito pela sua história e pelas suas culturas.” “O Tratado de Comércio Popular é uma resposta ao esgotamento do modelo neoliberal, baseado na desregulamentação, na privatização e na abertura indiscriminada de mercados.” “O Acordo de Livre Comércio (TLC) que os EUA pretendem impor à Bolívia nada mais é do que a continuação do projeto de anexação comercial que foi chamado de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”. Enquanto os povos latino-americanos se opunham à ALCA, o país do norte tentou nos dividir através dos TLCs com cada um dos governos neoliberais que estavam no poder na América Latina. Mas a consciência dos povos avança e mostra os perfis perversos dos planos comerciais que os Estados Unidos têm para nossa região (BOLÍVIA, 2009, p.22, tradução própria).

O resultado da participação boliviana na ALBA é mais evidente na questão social, o que permitiu ao país receber auxílio cubano na área da educação, com amplos programas de erradicação do analfabetismo, principalmente em regiões rurais. Entretanto, o comércio interno com o bloco não é tão significativo para o país, sendo que o comércio com a Argentina e com o Brasil apresentam uma maior importância. A afinidade com a ALBA é, principalmente, pelo seu peso ideológico, sendo uma oposição aos Estados Unidos e ao neoliberalismo (RESTIVO, 2018, p.28).

### 1.5 ALCA (1994-2005, entretanto, nunca implementada)

A ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas) foi um projeto de criação de um bloco regional que tinha como objetivo de abolir as barreiras comerciais entre os países do continente americano com exceção de Cuba, tendo o seu ponto inicial de debate para a implementação em 1994 e com a projeção de o bloco se tornar realidade até o ano de 2005.

Havia uma grande disparidade entre as economias dos países que fariam parte do bloco, de um lado estariam Estados Unidos e Canadá que possuíam mais de 80% do PIB do continente, enquanto que Costa Rica, El Salvador, Equador, Haiti, Honduras, Guatemala, Jamaica, Nicarágua, Panamá e Paraguai juntos representavam menos de 1% do PIB (JAKOBSEN; MARTINS, 2015, p.34).

Com as imensas disparidades, deveriam haver propostas de diminuição de assimetrias, tendendo a uma maior coesão entre as economias, entretanto, a ALCA não previa nenhuma

iniciativa com tal objetivo. Previa-se a criação de uma área de livre comércio, de trocas de bens e serviços, de produtos agrícolas, além da liberação de fluxos de investimentos, a de compras governamentais e de comércio eletrônico, entre outras propostas de cunho neoliberal. Ficaria totalmente livre a circulação de capitais e mercadorias, mas não a circulação de mão de obra (JAKOBSEN; MARTINS, 2015, p.39).

Sobre a falta de iniciativas para a desconstrução de assimetrias e sobre o grupo dos países que a ALCA beneficiaria Jakobsen e Martins (2015) afirmam:

[As] Experiências regionais da mesma época, como o Nafta, demonstraram que a liberalização comercial agravava os problemas sociais quando não era sustentada por políticas de integração social e produtivas. Os prazos, o formato, a abrangência e a metodologia de implementação da Alca não comportavam nenhuma preocupação dessa ordem. A Alca configurava uma iniciativa de caráter financeiro e comercial que correspondia aos interesses de grandes grupos econômicos, principalmente dos Estados Unidos, e visava a garantir a hegemonia desses grupos sobre a América Latina e o Caribe (JAKOBSEN; MARTINS, 2015, p.35).

A proposta da criação da ALCA não conseguiu prosperar devido à forte oposição dos países integrantes do MERCOSUL conjuntamente com a oposição da Venezuela, que conseguiram impedir a institucionalização do bloco, sendo o projeto abandonado completamente em 2005.

Evo Morales foi um opositor radical da criação da ALCA, organizando os movimentos sociais para protestos contra o bloco. E apesar de ter sido eleito em um período posterior à recusa ao bloco, deu declarações contrárias ao bloco durante o período. No mês de janeiro de 2005 Evo ainda como deputado e não como candidato à presidência, concedeu entrevista para o jornalista Ramon Casas Vilarino em que afirma:

Vilarino: A Alca, nesse contexto, seria um retrocesso? Evo Morales: A Alca é um ponto de vista ideológico, político, econômico que, para nós, é um Acordo de Livre Colonização das Américas. Ou melhor, Acordo da Legalização da Colonização das Américas. Isto do ponto de vista político, ideológico. Ou então Alga, Acordo de Livre Ganho nas Américas pelas transnacionais, é o aprofundamento do modelo econômico. Então, é um instrumento do Império para submeter os povos, para ter suas terras, seus mercados, e, em outras palavras, condenar os pobres à inanição na América Latina (VILARINO, 2005, p.342).

Questionado sobre o apoio de alguns governos da América Latina a maior abertura econômica com os Estados Unidos, Evo Morales cita os efeitos dessa abertura nos médios e pequenos produtores do México para rechaçar a ALCA, além da convocação da população para contrapô-la.

Segundo a entrevista de Vilarino (2005) com Evo Morales:

Vilarino: Porém, os governos latino-americanos, com exceção de Cuba e Venezuela, têm defendido maior abertura econômica e cooperação com os EUA. É necessário que o povo saia às ruas para impedir esse processo?

Evo Morales: Essas manifestações de rua são importantes para a unidade. É importante dizer a verdade sobre a Alca. Esse plano fracassou na América do Norte. No México, se comem tortas dos EUA, que são de Chiapas, e a livre importação no país é alta, eliminando os pequenos e médios produtores. Na Bolívia, por exemplo, isso destrói os agroindustriais de Santa Cruz de La Sierra. Somos ambas vítimas da livre importação. Estamos falando da Área de Livre Comércio das Américas. Então, não temos só que sair às ruas para protestar, mas também provocar uma maior consciência nos pequenos produtores, nos movimentos sociais, camponeses, artesãos; e também nos setores agroindustriais, que vão ser vítimas, porque não vão receber tantos subsídios de seus governos como se recebe nos EUA (VILARINO, 2005, p.343).

É importante compreender que a Bolívia não atuou como protagonista nos blocos que ingressou, participando de forma auxiliar até mesmo nos blocos regionais que significavam maiores vantagens como na CAN. A política externa durante o governo de Evo Morales a partir de 2006 vai ter uma posição mais atuante nos blocos econômicos. Entretanto é importante compreender como foi a sua chegada à presidência boliviana, tema que será abordado no Capítulo 2 desta dissertação.

#### 1.6 UNASUL (2008- atualmente)

A UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) foi fundada no ano de 2008 e tem a sua origem vinculada aos debates sobre a integração por parte dos presidentes da América do Sul, com destaque para Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil e Hugo Chávez presidente da Venezuela. O tamanho da economia e seu contexto de crescimento permitiram ao Brasil uma posição de liderança, e no caso da Venezuela, a valorização do preço do barril de petróleo durante a primeira década do século XXI possibilitou contrabalancear a liderança com o Brasil durante a criação do bloco (RESTIVO, 2018, p.28-29).

A criação da UNASUL foi composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (Figura 4). E contou com projetos bastante arrojados de integração em diversos campos como nas áreas de energia, de infraestrutura, de saúde e de defesa (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p.75).

A participação boliviana no bloco parte desde a sua fundação, porém não tendo um papel de protagonista, o principal destaque é a escolha da cidade de Cochabamba como sede do parlamento da UNASUL, o que poderá resultar em uma maior relevância ao país no bloco. Entretanto, nos anos recentes a UNASUL sofreu com a fragmentação entre os membros, com

a debandada de boa parte dos membros (RESTIVO, 2018, p. 29). Inclusive, este processo de integração definiu a partir de 2019 com a saída do Brasil e outros membros devido à ascensão de governos de direita na região.



**FIGURA 4** -Países Fundadores da União de Nações Sul-Americanas- UNASUL no ano de 2008

**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do site da UNASUL (2015).

É possível concluir que o período que abrange desde independência do país em 1825 até a revolução de 1952 é marcado por conflitos que resultaram em perdas territoriais e de sua saída para o oceano, e conseqüentemente uma profunda desconfiança para com os países vizinhos, já o período posterior à revolução de 1952 foi marcado por uma instabilidade institucional fazendo com que as atenções nacionais estivessem voltadas para as disputas políticas internas do país, isto fez com que o país andino deixasse a política externa de integração em segundo plano, nos períodos de discussões sobre a criação de blocos regionais durante o século XX a Bolívia participou de forma coadjuvante e protocolar, apesar de que, na

maioria das vezes foi vantajoso participar dos processos de integração. Este fato terá mudanças significativas a partir da eleição de Evo Morales em 2006.

## **CAPÍTULO 2 - AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA BOLÍVIA**

O segundo capítulo da dissertação se propõe a apresentar como foi o governo de Evo Morales, que governou o país de 2006 a 2019. Este capítulo dará maior destaque para a sua política externa, sem deixar de apresentar um panorama da sua política interna e do período anterior a sua chegada ao poder. O capítulo se inicia apresentando o período anterior ao governo de Evo Morales, tendo o foco nos movimentos dos povos indígenas que lutavam por maior participação política, até o período de instabilidade política instaurada no início dos anos 2000, apresentando algumas linhas de política dos governos anteriores.

Posteriormente o capítulo adentra no Governo de Evo Morales apresentando os feitos econômicos e sociais durante o período, passando pelo processo de nacionalização dos hidrocarbonetos e também pela sua principal oposição política interna. A parte final do capítulo que é também a maior parte do mesmo se propõe a analisar a política externa boliviana durante o governo de Evo Morales, com destaque para a reação internacional às nacionalizações dos hidrocarbonetos, a relação conflituosa com os Estados Unidos e com seus países vizinhos.

### **2.1 PERÍODO ANTERIOR À ELEIÇÃO DE EVO MORALES**

O final do século XX e o início do século XXI foram bastante tortuosos para o país andino, uma sucessão de crises econômicas, que resultaram em revoltas populares e crises políticas. Essa parte da dissertação se propõe a compreender os processos políticos e sociais que levaram à eleição de Evo Morales.

A Bolívia é um país majoritariamente de população indígena. Entretanto os povos originários foram relegados a uma posição de subjugação e não participaram das decisões políticas desde os tempos da colonização espanhola. A queda do império Inca e a descoberta de metais preciosos em Potosí fez com que a Bolívia se tornasse o centro de pilhagem de riquezas pela coroa espanhola, sendo os metais preciosos extraídos em um regime imposto de servidão dos povos nativos, essa exploração acabou por resultar nas primeiras revoltas populares contra a dominação colonial (RADA, 2014, p. 19). Contudo, mesmo com os movimentos de resistência indígena, a independência boliviana foi liderada pelas elites brancas criollas, e após a emancipação do país, o poder continuou nas mãos das elites, enquanto a grande maioria indígena vivia à margem da sociedade (DINIZ; CAMPOLINA, 2006, p. 513).

Os governos de David Toro Ruilova (1936-1937) e de Germán Busch Becerra (1937-1939), considerados heróis de guerra, chegaram ao poder logo após o final da Guerra do Chaco (1932- 1935). Este conflito terminou com derrota para a Bolívia. Porém, aproximou a população e as diferentes classes sociais em volta de um sentimento nacionalista. Estes governos do período tentaram aumentar o papel do Estado na economia e realizaram a primeira nacionalização de hidrocarbonetos do país em 1937 (OLIVEIRA, 2012, p.31).

Os momentos de ascensão dos indígenas na tomada de decisões políticas na Bolívia foram poucos, com destaque para o período revolucionário em 1952. Neste período, o partido Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) apoiado pelo movimento dos trabalhadores do setor de mineração, em sua esmagadora maioria composta por indígenas, conjuntamente com a classe média, chega ao poder, dando início a uma série de reformas. Dentre estas reformas podem ser mencionadas o direito ao voto a todos acima dos 21 anos, a nacionalização das minas e essencialmente, a reforma agrária que devolvia a terra aos camponeses indígenas. Essa experiência vai ter fim em 1964, com um golpe arquitetado pelas forças armadas, que deu início à repressão aos trabalhadores rurais e urbanos, o cancelamento de todos os partidos políticos e a exclusão da população indígena da vida política (DINIZ; CAMPOLINA, 2006, p. 512).

A ditadura militar durou de 1964 até 1982, tendo como um dos principais presidentes o general Hugo Banzer. Este foi um período caracterizado por imensa instabilidade política, com crises econômicas e violação dos direitos humanos. A restauração da democracia no país somente ocorreu no contexto internacional do final da guerra fria, que teve seu desfecho em 1989, seguindo-se o fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) em 1991 e a ascensão inigualável dos Estados Unidos como principal potência e que impôs sua visão política e econômica de viés neoliberal ao resto do mundo (CALDERON BARRANCOS, 2019, p.88).

Os governos do período democrático foram compostos por um revezamento no poder entre os partidos da Ação Democrática Nacionalista (ADN), do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) e do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Estes últimos já estavam desvinculados de suas propostas originais, formando governos de minoria e dependentes de acordos com os partidos do congresso nacional. Dessa forma, em 1985 o MNR de Víctor Paz Estenssoro estabeleceu acordos com o ADN de Hugo Banzer para aplicar um Novo Pacote Econômico que propunha uma série de políticas de ajuste e reformas além de realizar a abertura econômica do país e a privatização e capitalização das principais empresas estatais (OLIVEIRA, 2012, p.31).



Tais governos do período democrático passaram a seguir o receituário liberal, retirando direitos trabalhistas, privatizando empresas públicas, o que resultou no aumento da desigualdade social. No primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997) foram privatizados o setor de hidrocarbonetos para as multinacionais e se realizaram acordos com os Estados Unidos para o combate antidrogas, o que levou a repressão de camponeses indígenas produtores de coca, erva que é considerada parte da tradição dos povos indígenas (DINIZ; CAMPOLINA, 2006; OLIVEIRA, 2012).

O governo de Gonzalo Sánchez de Lozada foi sucedido por um segundo governo do general Hugo Banzer, dessa vez chegando ao poder de forma democrática. O seu governo ficou marcado pela repressão aos produtores de folhas de coca. Isso levou a protestos massivos dos camponeses indígenas que tradicionalmente mascam as folhas de coca para diminuir os efeitos da altitude desde a época do império Inca. Dentre um dos principais dirigentes dos sindicatos indígenas produtores de folha de coca estava o futuro presidente Evo Morales.

No ano de 2000, o governo do município de Cochabamba aprovou a privatização do sistema municipal de água, gerando uma onda de protestos dos movimentos sociais, apoiados pelas camadas mais vulneráveis da população, no episódio chamado de a “Guerra da Água”. Como resposta, o presidente Hugo Banzer declarou estado de sítio, reprimindo violentamente os protestos. Isto fez com que as forças opositoras aos governos neoliberais, como o movimento operário, o movimento indigenista e o movimento camponês, passassem a atuar de forma conjunta, fortalecendo o MAS (Movimento ao Socialismo - Instrumento Político para a Soberania dos Povos), partido criado anteriormente pelo Evo Morales (CASTRO et al, 2020, p. 125).

Logo após a “Guerra da Água” ocorreram as eleições para presidente em 2002, com Evo Morales sendo derrotado após uma votação acirrada, com uma distância de apenas 2 mil votos para o candidato Gonzalo Sanchez de Lozada. Lozada conquistou um segundo mandato de governo (o primeiro foi de 1993-1997) representando os interesses ligados às elites bolivianas, resultando em um governo de pouca popularidade (CASTRO et al, 2020).

No ano posterior à eleição ocorreu o episódio conhecido como a “Guerra do Gás”, em que o preço do gás para o mercado interno teve um aumento generalizado dos preços, fazendo com que a população passasse a questionar as privatizações dos recursos naturais bolivianos. Houve uma onda de protestos apoiados pelos movimentos sociais contra as políticas de privatização do governo de Lozada. O governo reprimiu com violência os manifestantes,

resultando na morte de 60 pessoas em decorrência da violência do Estado, esse episódio ficou conhecido como “Outubro Preto” (CASTRO et al, 2020).

A onda de protestos resultou na renúncia de Gonzalo Sanchez de Lozada, tendo seu vice Carlos Mesa assumindo a presidência. Com a reivindicação popular pressionando o novo governo, Mesa realizou um plebiscito em julho de 2004 sobre a nacionalização dos hidrocarbonetos. O resultado do plebiscito definiu que a população era a favor na nacionalização dos hidrocarbonetos, entretanto, o presidente, apoiado pelas oligarquias e elites locais, justificou que seria impossível a execução do projeto de nacionalização dos hidrocarbonetos. Essa recusa resultou em grandes manifestações populares, fazendo com que Mesa renunciasse em 2005 (CASTRO et al, 2020, p. 126).

Em seguida à renúncia, a Corte Suprema de Justiça organizou novas eleições presidenciais no dia 18 de dezembro de 2005, que resultaram na eleição de Evo Morales, candidato do MAS, com 53,74% dos votos, sem a necessidade de alianças parlamentares e com grande diferença dos outros candidatos. A vitória de Morales colocou um fim na dependência dos governos de minoria submetidos aos acordos com o congresso nacional (CEPPI, 2014a, p.102). O governo de Evo Morales traria grandes diferenças quando comparado aos governos anteriores. Era um governo com um discurso de contestação às políticas econômicas aplicadas até então, e que possuía diferentes formas de se relacionar com os povos indígenas, os recursos naturais e o meio ambiente, e com um programa de projeção externa mais autônoma (CASTRO et al, 2020, p. 114).

Porém, antes de examinar a evolução mais detalhada do governo Morales, é necessário apresentar mais alguns dados de política externa. Assim, de forma muito breve, o próximo item aborda a política externa do governo de Carlos Mesa. Este item, e as discussões aqui desenvolvidas, ajudam a verificar a quebra de políticas e agenda que a chegada do governo Evo Morales ao poder trouxe para a Bolívia.

## 2.2 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE CARLOS MESA

A política externa dos governos da década de 1990 e do início da década de 2000 apresentam características de continuidade nos governos de Gonzalo Sánchez de Lozada, Hugo Banzer e Jorge Quiroga. Baseando-se na influência das reformas neoliberais do Consenso de Washington, os governos passaram a aplicar a liberalização e a abertura econômica como o pretexto de tornar o país atrativo para o capital estrangeiro. Entretanto,

existiram algumas propostas de aprofundamento das relações com os países vizinhos, principalmente Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Peru (OLIVEIRA, 2012, p.39).

A política externa do governo de Carlos Mesa, que é governo ligeiramente anterior ao de Evo Morales, continuou com a forma de agir dos governos anteriores, com pequenas mudanças. Na tentativa de recuperar a imagem internacional do governo após as crises, o governo de Carlos Mesa sediou a XIII Reunião da Cúpula Ibero-Americana realizada na cidade de Santa Cruz de La Sierra. O evento foi uma oportunidade para Mesa buscar ajuda da comunidade ibero-americana, resultando em um acordo chamado de “Ações iberoamericanas de emergência em prol da Bolívia” baseado em uma série de ações unilaterais, bilaterais e multilaterais (VALLE, 2004, p.28-29).

O governo de Carlos Mesa também manteve a pauta histórica do país andino na tentativa de recuperar uma saída para o mar, perdida durante a Guerra do Pacífico (1878-1883), buscando uma solução a partir de negociações de forma pacífica com o Chile. Na política de integração, manteve a participação na CAN e tentou estreitar laços com o MERCOSUL, além de manter o país nas negociações para a criação da ALCA. No que se refere à ALCA, no ano de 2004, com a Conferência Ministerial de Miami, foi decidido que os requisitos para abrirem os mercados seriam flexibilizados, com os países podendo avançar no ritmo que desejarem para tentar ser parte da área de livre comércio (VALLE, 2004, p.34). Essa proposta representava uma tentativa de convencimento dos países mais fracos economicamente em relação aos Estados Unidos e o Canadá de aderirem ao bloco.

Outro foco de sua política externa foi o combate ao narcotráfico, a partir de acordos firmados com os Estados Unidos, presidido por George Bush, em que a Bolívia se comprometia a intensificar o combate ao cultivo e o tráfico de drogas em seu território. A partir dos ataques terroristas contra as Torres Gêmeas e o Pentágono em 2001, nos Estados Unidos, o terrorismo e a segurança internacional passaram a ter papel de preocupação na política externa dos países em geral, resultando também em uma maior preocupação com tema durante o governo de Mesa (VALLE, 2004, p.36-37).

Essa política externa boliviana vai ser modificada durante o governo de Evo Morales, ele sendo um grande detrator das antigas formas de como o país se relacionava com o resto do mundo. Estava postura já fora deixada bem evidente na entrevista que concedeu para o jornalista Ramon Casas Vilarino. Nesta entrevista, além de questionar a participação boliviana na ALCA, Morales critica fortemente o alinhamento da Bolívia com os Estados Unidos em políticas de combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Estas posturas podem ser evidenciadas na leitura da transcrição de trechos da entrevista, colocado na sequência do texto:

Vilarino: Como o senhor vê a política estado-unidenses contra o terrorismo e o Plano Colômbia?

Evo Morales: Trata-se de uma política intervencionista. É uma política de dominação, de colonização. Por exemplo, a luta contra o narcotráfico é um instrumento para que os EUA fortaleçam o poder e o controle sobre outros países. Não há nenhuma luta contra o narcotráfico. Criam mais instrumentos como o Plano Colômbia, a Alca, a dívida externa, e agora, por exemplo, estão falando das “Olimpíadas Antiterroristas”. Trata-se de treinamento das forças armadas latino-americanas sob a condução dos norte-americanos para enfrentar os movimentos sociais. Antes era o Plano Condor, depois o Plano Colômbia, agora se chamam “Olimpíadas Antiterroristas”. Já imaginou? São instrumentos que o Império criou para nos dominar (VILARINO, 2005, p.343).

Com isso, já que era um ferrenho crítico desta agenda, ao assumir o principal cargo do executivo boliviano, Evo Morales realizou uma guinada oposta na política externa se comparada aos presidentes anteriores. Para entender as mudanças na política externa boliviana com Evo Morales na presidência é preciso compreender como se deu na prática a sua atuação no “xadrez político global” durante seus 14 anos na presidência, tema que será mais bem trabalhado nos próximos itens. Neste sentido, inicia-se a análise do governo de Evo Morales por suas conquistas econômicas e sociais, seguindo-se uma avaliação de sua política externa e as agendas bolivianas nas relações internacionais.

### 2.3 GOVERNO EVO MORALES: CONQUISTAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

A eleição de Evo Morales é um marco na história boliviana. Pela primeira vez, desde a independência, um Presidente de origem indígena chega ao principal cargo executivo do país, este fator é ainda mais relevante, devido ao fato de que, segundo os dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe CEPAL (2015), 62% da população se declaravam indígena. Apesar de serem mais de 60% da população, por toda a história do país, os indígenas foram explorados e discriminados por uma minoria branca que possuía integralmente o poder político até essa eleição. O projeto político de Evo Morales tinha como foco problemas estruturais do país andino, sendo eles a pobreza, a desigualdade e a marginalidade, refundando assim o pacto social e político (CEPPI, 2014a, p.102).

O governo de Evo Morales passou a buscar a reconstrução do papel do Estado, sendo este um Estado protagonista e orientado ao desenvolvimento econômico. Uma das principais realizações foi a nacionalização dos hidrocarbonetos, demanda antiga dos trabalhadores. Em 1 de maio de 2006, no dia dos Trabalhadores, o governo emitiu o Decreto Supremo N° 28701 “Heroes del Chaco” que nacionalizava os hidrocarbonetos. Este documento apresenta um discurso forte e enérgico contra as privatizações feitas pelos governos anteriores.

Segundo as considerações iniciais do decreto do governo de Evo Morales (BOLÍVIA, 2006):

Que las actividades de exploración y producción de hidrocarburos se están llevando adelante mediante contratos que no han cumplido con los requisitos constitucionales y que violan expresamente los mandatos de la Carta Magna al entregar la propiedad de nuestra riqueza hidrocarburífera a manos extranjeras.

[...] Que el llamado proceso de capitalización y privatización de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB ha significado no sólo un grave daño económico al Estado, sino además un acto de traición a la patria al entregar a manos extranjeras el control y la dirección de un sector estratégico, vulnerando la soberanía y la dignidad nacionales. (BOLÍVIA, 2006, p.1).

É possível notar a rejeição às privatizações realizadas pelos governos anteriores, afirmando que as atividades de exploração e produção não estão cumprindo com a constituição do país. Pode-se também verificar que até mesmo afirma-se que as privatizações foram atos de traição à pátria.

As considerações do decreto (BOLÍVIA, 2006) terminam afirmando que recuperar o controle dos hidrocarbonetos é um fator essencial para recuperar a soberania do país:

Que esta medida se inscribe en la lucha histórica de las naciones, movimientos sociales y pueblos originarios por reconquistar nuestras riquezas como base fundamental para recuperar nuestra soberanía. Que por lo expuesto corresponde emitir la presente disposición, para llevar adelante la nacionalización de los recursos hidrocarburíferos del país (BOLÍVIA, 2006, p.1).

Os dois primeiros artigos decretam a recuperação da posse dos hidrocarbonetos para o Estado boliviano, a obrigação das empresas privadas de devolver a propriedade das atividades de produção de petróleo e gás. Além disso, estabelece-se que o Estado boliviano é responsável pela comercialização dos hidrocarbonetos, estabelecendo as condições, a quantidade e a política de preços tanto para o mercado interno quanto externo.

Conforme descrito nos artigos I e II do decreto (BOLÍVIA, 2006):

ARTICULO 1.- En ejercicio de la soberanía nacional, obedeciendo el mandato del pueblo boliviano expresado en el Referéndum vinculante del 18 de julio del 2004 y en aplicación estricta de los preceptos constitucionales, se nacionalizan los recursos naturales hidrocarburíferos del país. El Estado recupera la propiedad, la posesión y el control total y absoluto de estos recursos.

ARTICULO 2.-

I. A partir del 1 de mayo del 2006, las empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en el territorio nacional, están obligadas a entregar en propiedad a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, toda la producción de hidrocarburos.

II. YPFB, a nombre y en representación del Estado, en ejercicio pleno de la propiedad de todos los hidrocarburos producidos en el país, asume su comercialización, definiendo las condiciones, volúmenes y precios tanto para el

mercado interno, como para la exportación y la industrialización (BOLÍVIA,2006, p.1).

A nacionalização dos hidrocarbonetos possibilitou a recomposição do vínculo entre o Estado boliviano e a economia, permitindo um maior protagonismo estatal em assuntos estratégicos. Segundo Ceppi, o controle do setor de hidrocarbonetos permitiria a diversificação da matriz econômica, a industrialização do setor energético e utilização dos dividendos para reduzir a pobreza e a desigualdade (CEPPI, 2014a, p.103).

Dentre os efeitos da nacionalização estão o aumento das receitas oriundas dos hidrocarbonetos que aumentaram de forma drástica, passando de US\$ 1.533 milhões de dólares em 2007 para US\$ 4.292 em 2012. Além disso, ocorreu o aumento da produção que entre os anos de 2007 e 2012 — exceto o ano de 2009, ano em que foi sentido o impacto da crise financeira internacional — a produção de gás natural aumentou em 18%. Este fato permitiu também garantir a provisão de gás para os importantes municípios de La Paz e El Alto, que ficam longe dos locais de extração (CEPPI, 2014a, p.103-104).

Aliando-se a outras políticas econômicas, o governo conseguiu triplicar o gasto público, gerando uma onda de empregos públicos. Também foi possível estabilizar os preços dos alimentos para a população. O aumento do salário-mínimo no período de 2005-2013 foi de 64%. Outro fato a ser apontado é que os benefícios de assistência social passaram a cobrir 33% da população (KATZ, 2016, p.322; apud BÁRCENA 2014).

O país manteve o crescimento econômico em 5% durante boa parte do governo, se beneficiando também do ciclo de alta do preço das commodities. Este aumento do valor das commodities, principalmente as energéticas, auxiliou todos os governos do período na América do Sul. Entretanto, a Bolívia teve a capacidade de manter por mais tempo o ciclo, enquanto os outros países da região desaceleravam. O governo de Evo Morales aproveitou a bonança das commodities para aumentar suas reservas econômicas e investir em infraestrutura ao invés de outros países da região que incentivaram o consumo interno (BOFF; FRANCO, 2021, p.530-331).

Katz (2016 apud MOLINA, 2013) exemplifica os resultados dos projetos de diminuição da pobreza, além de apresentar os vários programas sociais criados no governo de Evo Morales com foco na população mais necessitada:

Outras avaliações destacam que a pobreza extrema urbana se reduziu de 24% para 14% e seu equivalente rural de 63% para 43%. Os programas sociais têm influenciado diretamente sobre este resultado, através dos auxílios recebidos por todos os setores marginalizados do mercado de trabalho. Há programas sociais para crianças que vão à escola (“Juancito Pinto”), para as mulheres no pós-parto (“Juanita

Azurduy”) e para os idosos que nunca contribuíram para a aposentadoria (“Renda Dignidad”) (KATZ, 2016, p.322; apud MOLINA, 2013).

Os programas sociais tiveram um impacto positivo na população mais pobre. O programa escolar “Juancito Pinto” permitiu o investimento de 2.171 milhões de bolivianos que beneficiaram quase 2 milhões de crianças e adolescentes entre os anos de 2006 e 2012. Por sua vez, o programa de saúde “Juanita Azurduy” permitiu investir 380 milhões de bolivianos que beneficiaram 383.242 mães e 544.147 crianças entre os anos 2009 e 2013. Por último, o programa “Renda Dignidad” que tem seu foco na população com mais de 60 anos e que não contribuiu com a seguridade social, permitindo o aumento de beneficiários da seguridade social de aproximadamente 753 mil idosos para aproximadamente 831 mil idosos entre os anos de 2008 e 2012. Isso representou um investimento do governo boliviano de 2.908 milhões de bolivianos (CEPPI, 2014a, p.104).

O governo realizou também a construção de grandes obras de infraestrutura, priorizando a construção de rodovias e pontes ao longo de seu território. Estas obras se concentraram principalmente em departamentos menos populosos, além do investimento para diversificar a matriz energética, construindo hidrelétricas, usinas solares e parques eólicos com a intenção de se tornarem autossuficiente em energia e possibilitar também a exportação para países vizinhos (BOLÍVIA, 2014). O governo também investiu em empreendimentos de tecnologia como a construção de teleféricos que cruzam aos municípios de La Paz e El Alto, e a compra de um satélite chinês nomeado de Tupac Katari (KATZ, 2016, p.323).

O programa político de Evo Morales também visou alterar o funcionamento institucional da política no país andino, tentando alterar a antiga política que privilegiava a elite branca, e aproveitando de sua popularidade, logrou a aprovação de uma nova Carta Magna a partir de consulta popular. O resultado permitiu a mudança de nome do país de República da Bolívia para Estado Plurinacional da Bolívia, reconhecendo os mais variados povos indígenas do território, reconhecendo a autonomia indígena e o direito a terra (KATZ, 2016, p.325-326).

Sobre as conquistas para os povos originários no governo de Evo Morales e o estabelecimento do Estado Plurinacional Katz (2016, apud MAYORGA, 2014) afirma que:

Morales foi o único presidente da região que surgiu diretamente de ações insurrecionais dos movimentos sociais. Por essa razão, pôs em marcha o contundente pacote de iniciativas democráticas e descolonizadoras que consagraram o estabelecimento do Estado plurinacional. A população indígena obteve um reconhecimento sem precedentes de direitos coletivos para quarenta etnias, em numerosos terrenos da língua, da cultura, da representatividade e da democracia participativa (KATZ, 2016, p.326; apud MAYORGA, 2014).

No mapa abaixo pode ser visualizado o complexo quadro político dos departamentos bolivianos.



**FIGURA 5** - Departamentos do Estado boliviano.

**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do site do Estado Plurinacional da Bolívia (2023).



Portanto, é possível enumerar uma série de mudanças institucionais e melhorias sociais durante o governo de Evo Morales. Entretanto, o governo também foi alvo de uma forte oposição interna, a principal sendo a da região chamada de “Media Luna”, formadas pelos departamentos de Santa Cruz, Tarija, Beni, Chuquisaca e Pando (Figura 6).



**FIGURA 6-** Departamentos que compõem a região da “Media Luna”.

**Fonte:** elaboração própria com base no texto de MOLINA (2008).

O ganho de importância da região da Media Luna se inicia no período das crises da década de 1980. Isso ocorreu porque para incentivar as exportações investiu-se na agricultura intensiva da região do departamento de Santa Cruz. Desta forma, o próprio Banco Mundial fomentou esta atividade a partir do problemático projeto “tierras bajas del este”. Este projeto apresentou consequências destrutivas ao meio ambiente da região. Contudo, transformou a região na principal exportadora de produtos agrícolas (MOLINA, 2008, p.9).

A região da Media Luna é caracterizada por ser uma região plana e tropical, ao contrário do altiplano andino formado pela Cordilheira dos Andes. Essa região é habitada por um terço da população boliviana, formada principalmente pela população mestiça e branca. Adicionalmente, essa região também é responsável por uma parcela grande do Produto Interno Bruto (PIB) boliviano. O departamento de Santa Cruz é o mais famoso departamento da região, e aquele que apresenta os melhores índices de desenvolvimento humano do país (VALENCIA-AGUDELO, 2009, p.38).

É justamente nessa região que surgiu o movimento autonomista, que nasceu em 2001, mas que ganhou força a partir das reformas do governo de Evo Morales. As forças econômicas dirigentes da região argumentam que estariam sendo governadas por um presidente que não os representava e que os mesmos “não aceitam um presidente indígena e de origem campesina”. Por trás dessa recusa ao governo de Evo Morales estão as demandas econômicas da região. A região da Media Luna é conseqüentemente a região que mais gera impostos para o país, e temia perder o poder econômico. Além disso, eles também não desejavam distribuir sua renda para as regiões mais pobres. Como resultado, tentavam propor uma espécie de constituição local (VALENCIA-AGUDELO, 2009, p.39) e pedir maior autonomia, com sentimento de separatismo.

Segundo Molina (2008), ao comentar sobre o sentimento autonomista:

O sentimento autonomista de Santa Cruz reflete de alguma forma a necessidade de se livrar do fardo representado pelo altiplano, de sua pobreza, de seu povo e sua tradição político-ideológica. O programa de autonomias é mais do que uma proposta de descentralização: procura fundar uma sociedade a partir de uma imagem espelhada, invertida, daquela atribuída à visão ocidental. Uma sociedade, portanto, voltada para a geração de riqueza – a ponto de minimizar as possíveis consequências ecológicas e sociais dessa atividade –, disposta a apoiar amplamente o investimento estrangeiro e dotada de um cuidadoso ordenamento político (MOLINA, 2008, p.10, tradução própria).

O movimento autonomista baseia-se no modelo político autônomo da Espanha, que permitiu grande liberdade às regiões como a da Catalunha e do País Basco. A adoção desse sistema permitiria, segundo os autonomistas, que cada região tivesse uma polícia própria, a

cobrança e a criação de impostos, a descentralização das decisões fiscais dos departamentos e uma mudança na forma de distribuição das receitas dos hidrocarbonetos. Portanto, em caso de adoção desta estrutura, isso levaria aos departamentos da Media Luna a terem poderes muito próximos aos de um Estado independente (VALENCIA-AGUDELO, 2009, p.39).

As principais armas para a busca da autonomia da região estão nos poderes econômicos dos empresários locais. Estes empresários investiram nos meios de comunicação para difundirem o apoio ao regionalismo para a população local e os movimentos sociais. Estas propagandas defenderam que a região da Media Luna possui uma virtude intrínseca, até mesmo de forma preconceituosa, de que seria a região em que se gera a riqueza, em que a empresa privada prospera, onde teria liberdade econômica e que seria uma realidade muito distinta das outras regiões do país (VALENCIA-AGUDELO, 2009, p.39).

A proposta de reforma da posse das terras a partir de uma reforma agrária e a proposta de nova constituição por parte do governo Morales foram as que sofreram a maior oposição das elites da região da Media Luna. Entretanto, o governo de Evo Morales seguiu defendendo os interesses nacionais, realizando reformas estruturais como a distribuição da riqueza e a redução da desigualdade regional.

As tentativas da oposição Media Luna para confrontar o governo ocorreram a partir da aproximação e fortalecimento dos partidos opositores tradicionais como o MNR e o MIR que tinham apoio massivo na região. Também houve a tentativa também de se criar novos partidos políticos compostos principalmente por empresários e fazendeiros locais. Desta forma, se poderia usar o poder que estes grupos detêm na forma do controle das mídias de comunicação. Apenas uma das doze maiores empresas de telecomunicação do país apoia o governo. Entretanto, a principal forma para fazer oposição ao governo se deu a partir de referendos (VALENCIA-AGUDELO, 2009, p.39).

Analisando os referendos autonomistas, Valencia-Agudelo (2009) relata que:

O primeiro realizado foi no departamento de Santa Cruz, em 4 de maio de 2008, onde o "sim" à autonomia triunfou com 85% dos votos. O segundo foi em Beni e o terceiro em Pando, ambos em junho de 2008, que disseram sim, apesar do abstencionismo. Finalmente, Tarija encerrou a série dos quatro referendos autônomos na Bolívia, em 22 de junho de 2008, que endossou o referendo autônomo com mais de 80% dos votos a favor. (VALENCIA-AGUDELO, 2009, p.39-40, tradução própria).

Devido à ameaça da oposição autonomista a partir dos referendos, o presidente Evo Morales, juntamente ao seu vice Álvaro García Linera, e a oito governadores de nove departamentos, propôs um referendo de revocatória de mandatos. Confrontado pelos quatro

referendos autonomistas que poderiam minar a sua força política, o governo entendeu que era necessário colocar seu cargo para consulta popular, e que em caso de vitória iria ratificá-lo perante todo o país. Desde a divulgação da notícia do novo referendo, feito no dia 12 de maio, a oposição promoveu com seu poder econômico e com o controle de parte das mídias de telecomunicação, o “não” a continuidade do governo de Evo Morales e de seu vice-presidente. No domingo de 10 de agosto de 2008 foi realizado o referendo, em que 3.370.980 cidadãos, representando na época 83% da população habilitada para votar, ratificaram Evo Morales como presidente com “sim” em 67% dos votos, valor 14% acima até do que a sua própria votação no período das eleições de 2005 (VALENCIA-AGUDELO, 2009, p.40).

A vitória de Evo Morales foi importante não apenas pelo resultado nacional, mas também por conseguir grande apoio de parte da população dos departamentos autonomistas. Morales conseguiu o apoio de 40% da população no departamento de Santa Cruz, 43% e no departamento de Beni, 50% no departamento de Tarija e 52% no departamento de Pando. Além disso, foram revogados mandatos de governadores da oposição, como no departamento de La Paz e no departamento de Cochabamba, por conseguirem apenas 36% do respaldo da população (MOLINA, 2008, p.10; VALENCIA-AGUDELO, 2009, p.40).

Estes resultados tiveram um grande impacto na Bolívia. Os números dos plebiscitos concederam ao governo uma grande legitimidade e fortaleceram a governabilidade. Com isso, esse resultado permitiu ao governo de Evo Morales propor um novo referendo. Desta vez, o objetivo de Morales era obter apoio popular para reformar a constituição. Em uma nova vitória governamental, a proposta de reforma constitucional foi aprovada em fevereiro de 2009. A votação contou com a participação em peso da população com 3,8 milhões de pessoas, um número superior aos referendos anteriores. O texto foi aprovado por 61% da população (VALENCIA-AGUDELO, 2009, p.40).

É possível descrever outros fatores internos do governo de Evo Morales como outros grupos de oposição ao governo ou os impactos da nova constituição na população, entretanto o cerne deste trabalho é a sua política externa, sendo este o fator que norteará em sua totalidade a dissertação.

#### 2.4 O DISCURSO DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO EVO MORALES: PRIMEIRAS CONCEPÇÕES

Após assumir o governo boliviano, Evo Morales passou a implementar o seu programa de política exterior. Uma das formas de divulgação foi apresentar a Bolívia como um centro para

a integração desde o seu nascimento como nação, baseando-se em fatos históricos, em especial, para deixar uma imagem integradora para os países vizinhos.

Um texto interessante que demonstra este fato é o texto escrito por Evo Morales para a revista brasileira DEP: Diplomacia, Estratégia e Política, voltada para temas sul-americanos e vinculada ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil. A edição em que Evo Morales participa é a do trimestre de abril/junho de 2006, no meio do primeiro ano de seu governo, essa edição contava também com textos da presidente do Chile Michelle Bachelet e de Ollanta Humala que se tornaria presidente do Peru no ano de 2011.

Evo Morales (2006) inicia o texto com:

A Bolívia, este pequeno país encravado no meio da América do Sul, foi um centro de integração nos velhos tempos da nossa história e ainda nos primeiros anos da invasão europeia. Foi também território de separação, como fronteira espanhola contra o avanço português, e província disputada entre os vice-reinados da época colonial. De uma ou de outra maneira, esta terra, que desce dos mais altos cumes andinos e desliza até as proximidades do grande Amazonas, é a chave indispensável de qualquer estratégia política que se desenvolva na região (MORALES, 2006, p.16).

[...] Recuperar essa manifesta capacidade da Bolívia de contribuir para a integração, superando as dissensões provincianas e as desinteligências de grupos, é o projeto superior que rege nossa ação política, e que todos nós, homens e mulheres que queremos e precisamos recuperar os altos valores da convivência humana na nossa região e no mundo, devemos assumir (MORALES, 2006, p.17).

É explícito no texto que Evo Morales apresenta a Bolívia já como uma peça fundamental de integração da região,. Em sua visão, qualquer estratégia política de desenvolvimento da região terá que passar pelo país andino, além de sinalizar para a superação de divergências entre os povos da região. O fato de esse texto ser em uma revista brasileira vinculada ao ministério de relações exteriores do Brasil demonstra o interesse de Evo Morales de atrair a atenção do Brasil, seu principal parceiro comercial, da importância boliviana no processo de integração.

Além disso, Evo Morales (2006) argumenta em seu texto a tentativa de demonstrar uma essência integradora própria da Bolívia. Este processo teria início com a civilização de Tiwanacu, além de passar pelo período das independências sul-americanas. Era como se houvesse uma “força” intrínseca para a busca da integração e era presente ao longo da história na região, como pode ser observado em:

Por gravitação, as primeiras culturas assentadas em torno do lago Titicaca tiveram influência decisiva sobre vastas áreas que se estendiam até a selva amazônica, a leste, e até a costa do Pacífico, a oeste. É, porém, a civilização de Tiwanacu que

define claramente a característica integradora deste país. Suas ruínas encontram-se nas vizinhanças do lago Titicaca, cujo domínio é compartilhado pelo Peru e pela Bolívia; nos tempos de seu esplendor, esse centro religioso e político ficava às margens do lago. Seus monumentos comprovam o grau de civilização que alcançou e a ampla influência que, em consequência, teve na região. Descobriram-se utensílios e ferramentas dessa cultura em pontos tão distantes como Santiago do Chile (MORALES, 2006, p.17).

[...] Mesmo depois, quando se desencadeou a luta pela independência, aquela força de integração, que se sentiu desde as primeiras culturas, teve indiscutível influência sobre o pensamento dos libertadores, para sonhar com uma grande nação composta por todos os nossos povos. (MORALES, 2006, p.18).

Para completar essa argumentação do passado integrador da Bolívia, Evo Morales (2006) cita Simón Bolívar, líder do processo de descolonização na maioria dos países da América do Sul, considerado herói nacional tanto na Bolívia como na Colômbia, no Equador, no Panamá, no Peru e na Venezuela.

Segundo Evo Morales (2006):

Esta terra, quando se criou a república, tomou o nome do Libertador e foi por ele reconhecida como “filha predileta”. Os cronistas sustentam que foi esta a maneira de contentar a quem, na época, podia criar países ou proibir a sua formação. Acima desses fatos circunstanciais, entretanto, os fundadores tomaram um nome, o único que tinha então o sentido da integração latino-americana, e rebatizaram a sede da Audiência de Charcas com o nome do homem mais leal ao Libertador: Sucre. Simbolicamente, a fundação da Bolívia é um apelo à unidade dos povos do nosso continente; tem o mesmo sentido que se expressou no Congresso Anfictiônico do Panamá (MORALES, 2006, p.20).

Evo Morales continua o texto demonstrando a relação que tem com os cinco países em que a Bolívia faz fronteira, sendo eles Peru, Brasil, Paraguai, Argentina e Chile (figura 7), os descrevendo de maneira amistosa, como os “cinco irmãos” da Bolívia, tentando demonstrar os laços históricos e as potencialidades de uma maior associação entre os países.



**FIGURA 7-** Países que fazem fronteira com a Bolívia.

**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do site da UNASUL (2015).

Apesar de mais longas, vale apresentar as descrições de Evo Morales (2006) das relações com Peru, Brasil, Paraguai e Argentina como prova da nova inclinação da Bolívia na região e suas relações com os vizinhos:

Com o Peru, a noroeste, compartilhamos não apenas uma fronteira que se estende por quase três graus de latitude, mas também o domínio do lago Titicaca, cujo caudal é a mais importante reserva aquífera desta zona. Se pela história e pela cultura fazemos parte de uma só unidade, as relações modernas fazem que os limites geográficos sejam diluídos pelo incessante trânsito de homens e mulheres indistinguíveis em sua maneira de ser e com laços familiares muito estreitos. Por isso, pareceu natural que Peru e Bolívia enfrentassem juntos a Guerra do Pacífico, na qual os dois países perdemos partes de nossos territórios. Entretanto, as disputas

não-resolvidas que o Peru manteve com outros vizinhos levaram, muitas vezes, a um distanciamento entre os governos de Lima e La Paz. Com o Brasil, mantemos uma extensa fronteira que, como já dissemos, foi, na realidade, uma linha defensiva em face da penetração lusitana. Hoje, ao contrário, é um amplo convite ao diálogo e à integração. Não há um único núcleo, ao longo desses limites constituídos por imensos rios, que se tenha desenvolvido com suficiente dinâmica própria. Longe dos centros de atividade, as populações ribeirinhas vegetam de um e outro lado dos leitos fluviais. No entanto, trata-se de uma região muito rica em recursos naturais, que poderiam propiciar a criação de centros de grande atividade. [...] Nos primeiros anos da república, o Marechal de Ayacucho enviou uma missão para buscar contato com o Paraguai. José Gaspar Rodríguez de Francia, o Supremo, zeloso em relação a intervenções externas, não permitiu que aquele primeiro encontro se pudesse realizar.[...] Tivemos de enfrentar-nos em uma guerra fratricida, entre *collas* e guaranis, para entendermos a necessária comunidade de interesses nessa zona árida e despovoada que conhecemos como o Chaco, mas cujo subsolo, dos dois lados da fronteira, guarda imensas fontes de energia, de que precisamos em toda a região. Ao sul, a Bolívia continua nas províncias do norte argentino. Jujuy, Salta, Formosa e Chaco em nada se diferenciam de Potosí, a oeste, e de Tarija, ao centro, no tocante a geografia e habitantes. A coca se masca nessas províncias da mesma forma que aqui. O habitante do norte argentino se veste, fala e come da mesma maneira que o do planalto de Tarija. E, ainda mais: a economia dessa zona se desenvolve em função do intercâmbio entre os dois lados da fronteira. A vitalidade da região depende de um relacionamento fluido entre os dois países (MORALES, 2006, p.20-21).

É interessante a parte em que Evo Morales fala do Chile, país que faz fronteira com a Bolívia e que por meio do conflito da Guerra do Pacífico (1879-1883) se apoderou da costa marítima da Bolívia. A defesa de conseguir uma saída para o mar é uma das demandas históricas da Bolívia, fato este que será muito defendido por Evo Morales durante o seu governo, e que tem potencial de gerar conflitos com a diplomacia chilena.

Como pode ser lido em Evo Morales (2006):

O quinto vizinho é o Chile. Enfrentamo-nos – e sempre nos temos enfrentado – em uma relação tortuosa, cujas agudas arestas se mantêm cortantes. [...] É sabido que o comércio boliviano está praticamente acorrentado aos portos setentrionais do Chile: Antofagasta, Iquique e Arica. E mais: a atividade dessas cidades e de seus portos depende em grande medida de que se mantenha esse comércio. Seu desenvolvimento chegou a um ponto que exige melhores serviços, os quais, segundo toda evidência, só podem ser assegurados por uma boa relação com a Bolívia. É óbvio que essa zona tem necessidade crescente de água e de energia; de fato, os últimos desentendimentos entre os dois Estados decorrem de tal situação (MORALES, 2006, p.21-22).

Ainda sobre a questão fronteira com o Chile, em busca de uma saída boliviana para o mar, Evo Morales (2006) conclui que:

A Bolívia é uma unidade que nasce nas extensas planícies que se estendem do sudeste ao noroeste do país, sobe até os mais altos picos dos Andes e desce até as costas do oceano Pacífico. A amputação dessa totalidade, ocorrida há 125 anos, foi importante fator de atraso para o país e, em consequência, para as regiões contíguas a suas extensas fronteiras. Bastaria verificar que o movimento econômico do norte do Chile só é possível em função das necessidades da Bolívia. A possibilidade de modificar esse vínculo causa, compreensivelmente, grande preocupação nessa



região. Naturalmente, a restituição dessa zona à soberania da Bolívia elevaria automaticamente o movimento comercial da região. Entretanto, os interesses dos grupos de poder em Santiago do Chile têm impossibilitado essa reparação. Encontrar um mecanismo que torne possível restabelecer uma continuidade que se mantém desde a época chamada pré-histórica é um desafio para o processo de integração. Sustentamos que deve haver um acordo entre os três países diretamente envolvidos na questão, com a participação das nações da região interessadas em uma solução que marque o início de um novo esquema de relações entre os povos sul-americanos (MORALES, 2006, p.27).

A busca por uma saída para o mar para o Estado boliviano será um dos temas principais da política externa do governo de Evo Morales e será tratado com mais propriedade neste trabalho nos próximos capítulos.

Por último, um fator a destacar no texto de Evo Morales é que para além da argumentação política e histórica a favor da integração com os países vizinhos, ele apresenta o gás natural como um fator de integração. O gás é avaliado pelo governo Morales como a grande cartada para marcar a importância da Bolívia na integração econômica da região.

É possível conferir essa posição em Evo Morales (2006):

Interesses de grupos de poder ainda resistem à tendência para a integração, mas há um imperativo político que se baseia em uma necessidade econômica. A Bolívia, no centro desta região da América, deve contribuir decisivamente para esse processo de unificação dos países sul-americanos. [...] Bastaria tal consideração para entender que a Bolívia, como país, e a América do Sul, como região, devem ter uma concepção distinta das formas de exploração de suas riquezas. No caso do gás, propomos que seja um fator de integração. Vale a pena precisar essa ideia. O desenvolvimento da região, mesmo com os baixos índices que o mundo globalizado nos impõe, provocou uma crise energética. Tal situação exige que os hidrocarbonetos, especialmente o gás, cubram essa necessidade. Não se trata, porém, de entrar em uma competição de preços e privilégios. A comunidade das nações da região estabelecerá um preço justo, que tornasse possível o desenvolvimento do país onde se explorasse este recurso, permitisse sua industrialização e, em contrapartida, assegurasse a melhora das condições de vida em toda a região. Satisfeitas essas exigências mínimas, poderia chegar-se a um acordo sobre as vendas para fora da região. Insistindo neste tema, é evidente que um processo de integração permitirá melhor negociação com os países industrializados. Especificamente na questão dos energéticos, há proposta para formar uma ampla associação de países produtores de hidrocarbonetos na América Latina. Será importante que tal ideia comece a concretizar-se no nível mais próximo (MORALES, 2006, p.25-26).

Segundo o próprio presidente boliviano, o gás natural poderia ser um fator que auxiliaria no processo de integração sul-americana. Com isso, a Bolívia seria um dos países principais do processo.

Outro texto relevante para compreender os planos da política externa do governo de Evo Morales é o texto escrito para a edição de outubro/dezembro de 2007 da mesma revista DEP, em que o seu representante diplomático na França, o embaixador Jean Paul Guevara

Avila apresenta críticas à globalização e expõe as diretrizes da nova política de relações exteriores do governo boliviano.

O texto de Avila (2007) tem início com críticas contundentes à globalização, como se pode ser verificado em:

Ao nível mundial, tal como se vinha construindo, a globalização se encontra hoje sob vigoroso questionamento. Tratava-se de uma tendência que somente globalizava os custos e as dívidas, mas não os ganhos e benefícios. Uma globalização que exacerbava a competição e os interesses particulares, esquecendo a solidariedade, a complementaridade e o bem comum da humanidade. Essa globalização é questionada porque se baseia e se constrói à custa e apesar do meio ambiente e da natureza, sendo este planeta, nossa *pachamama*, o único espaço que temos para viver como espécie humana (AVILA, 2007, p.36-37).

A globalização, segundo o autor, não conseguiu distribuir os ganhos e benefícios para os países que nela participam. Na verdade, ela acabou por universalizar os custos e as dívidas. Além disso, a globalização contribui para a destruição do meio ambiente.

Diante disto, o autor proclama que está se formando um consenso entre os países buscando alternativas para modificar esse modelo, em especial em países da América Latina. Isso estaria acontecendo porque ocorreram mudanças nos governos da região, baseando-se nos presidentes de centro-esquerda eleitos durante o período, como Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Michelle Bachelet no Chile, Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia. Além disso, também chegaram ao poder correntes de esquerda no Equador, Nicarágua, Uruguai e Venezuela. Portanto, em sua interpretação este é um momento propício para transformações (AVILA, 2007, p.38).

O artigo apresenta os pilares da nova política externa, entre os principais estão uma nova diplomacia com os povos, buscando, segundo Avila: a) o diálogo com todos os setores envolvidos, não apenas os setores privilegiados, antepondo os interesses da nação ao invés do interesse setoriais, b) promover o relacionamento entre os povos, não apenas entre as chancelarias dos países, c) preferir os direitos humanos e princípios da via ao invés da lógica do mercado e do investimento.

Adicionalmente, o texto prioriza o exercício efetivo da soberania, apresentando a capacidade propositiva e articuladora do Estado. A soberania é percebida não apenas como uma função defensiva, defendendo os interesses do Estado, mas também de forma prospectiva, contribuindo para projetar novos modelos de mudança para a coexistência de forma harmônica ao nível internacional. Outra prioridade apontada é a diversidade cultural,

buscando a convivência pacífica, a integração e o respeito entre os povos (AVILA, 2007, p.44).

Também são descritos como prioridade o apoio aos cidadãos bolivianos no exterior, auxiliando principalmente os que imigram por motivos econômicos, facilitando o direito ao voto e buscando resolver as causas estruturais que motivaram a imigração (AVILA, 2007, p.47). Adicionalmente, um pilar descrito pelo autor que pode resultar em maiores atritos, é a demanda pela reintegração marítima. A argumentação em prol da reintegração marítima é baseada em direitos históricos e jurídicos, além de imperativos políticos, comerciais e econômicos. Destaca-se no texto a prioridade em buscar uma cultura de diálogo com o Estado chileno e buscar apoio para a causa marítima em foros internacionais como as Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Movimento dos Países Não Alinhados entre outros (AVILA, 2007, p.45-46).

Por último, o artigo de Avila (2007) apresenta as áreas fundamentais de trabalho do governo no exterior, sendo elas: o diálogo político com os outros países, a cooperação entre os países, o comércio e os investimentos, o desenvolvimento do turismo, a valorização da cultura, o auxílio aos bolivianos no exterior e articulação dos movimentos solidários (AVILA, 2007, p.48).

Baseando-se nesses textos é possível ter um vislumbre do que iria nortear a política externa boliviana durante os governos de Evo Morales. Contudo, como se deu na prática, tendo como base a os avanços e retrocessos, a atuação dessa nova política externa? Os próximos parágrafos tratarão de mostrar de como foi sua execução.

## 2.5 A EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE EVO MORALES: AVANÇOS E RECUOS

O governo de Evo Morales definiu a política externa como um dos quatro eixos prioritários de seu governo, ordenado em seu documento do Plano Nacional de Desenvolvimento (BOLÍVIA, 2007, p.26), isso pode ser atestado pela longevidade no cargo de seu chanceler David Choquehuanca, que permaneceu no cargo ao longo de todo o governo de Evo Morales. O governo teve como o norteador de sua política externa, uma forma de prestar auxílio a sua política desenvolvimentista e nacionalista, que buscava a retomada do protagonismo estatal na economia, a reversão de algumas privatizações realizadas nos governos anteriores e a soberania sobre os recursos naturais estratégicos. A nova política

exterior estaria intimamente estruturada com os processos de mudança interna baseados na construção da soberania nacional (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p.289).

Para possibilitar esse objetivo foi necessário romper com as políticas dos governos anteriores, rejeitando a desregulamentação dos mercados, recusando a privatização das estatais e o favorecimento ao investimento estrangeiro direto, contestando a globalização nos marcos atuais e a rejeição ao alinhamento automático com os Estados Unidos (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p.289).

Com a finalidade de alcançar seus objetivos, foi necessária a reversão da privatização das empresas estatais vistas como fundamentais, sobretudo o setor de hidrocarbonetos, responsável por grande parte das entradas de divisas na economia do país.

## 2.6 A RECEPÇÃO INTERNACIONAL DAS NACIONALIZAÇÕES

A partir do decreto N° 28701 “Heroes del Chaco” de 2006, que definia a nacionalização dos hidrocarbonetos, foi possível ao governo boliviano investir em políticas econômicas e sociais (como mencionado no tópico 1.3). Todavia este fato gerou repercussão internacional contrária, principalmente por romper com a cartilha de privatizações e redução do papel do Estado do neoliberalismo.

A política de privatizações dos anos 90 era apoiada pelo consenso de Washington. Segundo esta visão, a liberalização geraria uma grande recepção de fluxos de investimentos estrangeiros diretos, principalmente no ramo dos hidrocarbonetos. Sem embargo, essa injeção de investimentos externos não resultou no rendimento esperado na Bolívia. Segundo Ceppi, de maneira oposta, a capitalização do setor dos hidrocarbonetos converteu-se na desarticulação da YPFB, deixando o Estado ausente da cadeia produtiva, permitindo o apoderamento do excedente econômico para as companhias estrangeiras (CEPPI, 2014, p. 102-103).

Na nacionalização dos hidrocarbonetos do governo de Evo Morales, prevendo as reações internacionais negativas, o governo alterou as leis de capitalização com a intenção de reverter o arcabouço das privatizações anteriores. Com isso, foi capaz de mover a disputa para o campo político na interpretação da lei. Neste sentido, defendia que o governo Morales assumiria um pouco mais de 50% das empresas instaladas no país. Dessa forma, seria possível evitar prováveis reivindicações das companhias estrangeiras em tribunais internacionais (VARGAS-SUÁREZ, 2009, p.20).

As empresas privadas, na grande maioria de grandes corporações estrangeiras, tiveram que transferir o controle das operações para o Estado, e precisaram se converter em empresas prestadoras de serviço, além de criar empresas mistas em que o Estado boliviano se tornaria o sócio majoritário. As autoridades bolivianas avaliavam que seria pouco provável que as transnacionais saíssem do país, devido aos grandes investimentos realizados pelas próprias. Ademais, a Bolívia é o segundo país em reservas de gás comprovadas, atrás apenas da Venezuela, em um contexto em que a indústria petroleira nos países desenvolvidos aponta a diminuição das reservas comprovadas. Dessa forma, a relevância da Bolívia garante a importância da permanência das empresas naquele país. Porém, isso não significa que as empresas internacionais não tenham tentado revisar os contratos, pressionando para ter uma margem de lucro mais atraente (VARGAS-SUÁREZ, 2009, p.20).

O autor Vargas–Suarez (2009) demonstra como se deram essas renegociações com as empresas:

Entre maio e novembro de 2006, foram negociados 44 contratos com 12 empresas diferentes, que iniciaram suas atividades em maio 2007. Neste último ano o processo de nacionalização significou que a YPFB havia ficado com 100% das ações da PETROBRAS a partir da empresa Bolivia-Refinación S.A.; tornou-se a acionista majoritária da empresa Andina S.A. e da empresa del Chaco S.A.; assumiu 100% das ações da empresa CLHB; e 97% das ações da empresa Transredes S.A. No caso da REPSOL, a nacionalização resultou em um contrato de transferência de ações assinado entre YPFB, que recuperaria 51% da empresa, e a REPSOL YPF, que compartilharia a administração da empresa Andina (VARGAS-SUÁREZ, 2009, p. 21-22, tradução própria).

Assim como o texto descreve, o Estado boliviano enfrentou grandes empresas internacionais, renegociando acordos com a brasileira Petrobras, a Espanhola Repsol e a TotalEnergies da França, citada posteriormente no texto.

Com a nova recomposição da produção de gás, devido à nacionalização, acabou por gerar certa dificuldade para os exportadores de gás em manter os compromissos de exportação em curto e médio prazo, resultando em uma diminuição na produção de gás destinada para a exportação. Isto levou os países compradores do gás boliviano a buscarem alternativas para prover o gás para o seu território, com a Bolívia não podendo cumprir com as demandas de exportações no curto prazo para Argentina e Brasil. Isso fez com que a Argentina reduzisse sua dependência com gás boliviano pela metade, e no caso do Brasil, este passou a tentar modificar sua matriz energética com a finalidade de romper com a dependência do gás boliviano, países com mercados importadores menores como o Paraguai também reduziram sua importação do gás do país andino (VARGAS-SUÁREZ, 2009, p.26-27).

A nacionalização dos hidrocarbonetos também gerou divergências com a Holanda, país que amparava juridicamente os acordos entre a maioria das empresas e o governo

boliviano, o caráter de tais acordos garantiam a proteção aos investimentos e maiores vantagens indenizatórias (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p.290).

Outro setor da economia que foi nacionalizado e gerou conflito para o governo de Evo Morales, foi a nacionalização de empresas importantes do setor de telecomunicações. Neste campo, a principal estatização foi a da Empresa Nacional de Telecomunicaciones (ENTEL), controlada pelo conglomerado italiana Euro Telecom. Neste caso, a empresa ajuizou um pedido de arbitragem no Centro Internacional para Arbitragem de Diferenças Relativas a Investimentos (CIADI), que faz parte Banco Mundial e que atua na disputa entre os governos e as empresas transnacionais. (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p.290).

Diante dessa pressão externa do Banco Mundial, Evo Morales anunciou em 2007, a saída da Bolívia do CIADI e dos acordos de proteção de investimentos, afirmando que eram danosos a soberania nacional. Além disso, em junho de 2008, o governo boliviano comunicou a criação do Ministério de Defesa Legal das Recuperações Estatais, que teve a finalidade de defender as estatizações nas instâncias internacionais em que fosse requerido (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p.291).

Diante do cenário das nacionalizações, era de se esperar um cerco dos grandes conglomerados de mídia internacional, que passaram a atacar as nacionalizações e o governo de Evo Morales constantemente. O objetivo era pressionar o governo a voltar atrás no caso das nacionalizações ou conseguir uma maior abertura nos contratos para as empresas transacionais. Além disso, atacavam diretamente o governo, realizavam críticas a imagem das empresas nacionalizadas como a YPFB, alegando que a empresa estaria com dificuldades em um país cada vez mais isolado, questionando sua capacidade de gerir a produção de gás (VARGAS-SUÁREZ, 2009, p. 27).

Dentre as recepções internacionais perante a nacionalização das empresas do governo Evo Morales, nenhuma foi tão agressiva quanto à recepção dos Estados Unidos, marcando o início de uma relação conflituosa entre as chancelarias dos dois países, de espectros opostos na política internacional.

## 2.7 A DIFÍCIL RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Desde a subida de Evo Morales ao poder, as relações entre Bolívia e Estados Unidos sofreu uma forte mudança, uma vez que os governos anteriores apresentavam um alinhamento praticamente total com os norte-americanos. O novo governo boliviano havia rompido com isso, sua retórica era anti-imperialista e contra hegemônica, apresentava também relações

mais próximas com países considerados desafetos pelos norte-americanos. Dentre estes países podem ser mencionados a Venezuela principalmente, e o Irã, relações que foram gerando inquietações na administração de George W. Bush, tornando a relação entre os dois países conflituosa (CEPPI, 2014, p.139-140).

A atuação da política externa norte-americana teve a intenção de incentivar a desestabilização do governo boliviano, apoiando movimentos que faziam a oposição a Evo Morales ou fazendo pressão internacional. Um ano nevrálgico dessa relação foi 2008, que foi um ano crítico para a sociedade boliviana. Neste período houve o enfrentamento entre o governo e a oposição, principalmente a da região da Media Luna, na disputa pelo novo texto constitucional e nas demandas autonomistas dos departamentos. O governo de Evo Morales acusou os Estados Unidos de estarem conspirando contra seu governo e de incitar movimentos separatistas e também um golpe de Estado, usando a agência norte-americana DEA (Administração de Fiscalização de Drogas) para esta tarefa. Após conflitos contra separatistas nas províncias orientais, que resultaram na morte de 17 camponeses, o governo boliviano declarou o embaixador dos Estados Unidos Phillippe Goldeberg como *persona non grata* e em 11 de setembro de 2008 o expulsou do país além de suspender as atividades da DEA indefinidamente (CEPPI, 2014, p. 140; VARGAS-SUÁREZ, 2009, p. 27).

Como forma de rechaço, o governo norte-americano lamentou o ocorrido após mais de três décadas de trabalho ao combate contra as drogas no país, e como forma de retaliação interrompeu os benefícios comerciais da Lei Comercial Andina e Erradicação da Droga (ATPDEA em inglês), questionando que a Bolívia não teria avançado no combate ao narcotráfico. Essa lei era positiva para o país andino, pois garantia vantagens comerciais, fazendo com que alguns produtos entrassem no mercado norte-americano sem tarifas de importação, tendo como compensação o compromisso do país no combate ao narcotráfico (CEPPI, 2014, p. 140; CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p.303-304).

Este é um assunto delicado nas relações entre as relações da Bolívia com os Estados Unidos. O cultivo da coca é considerado um símbolo da cultura milenar conservada ao longo de séculos pelos indígenas bolivianos, e que entrou em confrontação com as políticas de combate ao narcotráfico adotado pelo governo estadunidense na região latino-americana, com foco em erradicar todas as plantações da folha de coca. A política do governo de Evo Morales no enfrentamento as drogas, buscou descriminalizar a cultura do cultivo de coca dos indígenas bolivianos. Ao mesmo tempo, o governo tentou combater a produção de cocaína, pautada na expressão “cocaína zero”, uma referência a “coca zero”, aplicada pelos programas dos governos anteriores e que era apoiada pelos Estados Unidos. Dessa forma, buscava diferenciar

a folha de coca com a droga sintética, ponto este que foi levantado pelo governo boliviano na ONU, para despenalizar produção a folha de coca na esfera internacional (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 304).

Mesmo com uma política antidrogas que era diferente daquela do governo norte-americano, as autoridades tentaram recuperar os benefícios comerciais da participação na ATPDEA. Para isso, foi realizada uma viagem da comitiva boliviana para os Estados Unidos e foi feito lobby político com o congresso estadunidense. O objetivo era ampliar o acordo por mais seis meses, com a possibilidade de prorrogar por mais tempo. Entretanto, esta iniciativa sofreu veto do presidente George W. Bush. O governo boliviano criticou a decisão, e em sua defesa alegou que a Bolívia havia apresentado resultados consistentes de diminuição de cultivo de coca, comparativamente maiores que os de outros países participantes do acordo da ATPDEA. Contudo, a Bolívia foi excluída do acordo, levando o governo boliviano a criticar fortemente a decisão, declarando que a posição de George W. Bush foi uma represália política (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 304-305).

Outros exemplos de desentendimentos entre o governo de Evo Morales e o governo norte-americano presidido por George W. Bush foram as estratégias de desestabilização estadunidense de assentar suas tropas no Paraguai em 2005, em um período de 18 meses, realizando treinamentos militares. O argumento norte-americano era que estava treinando os militares do Paraguai para combater o terrorismo. O treinamento foi realizado em uma região do território paraguaio muito próximo da região do departamento boliviano de Tarija, uma das regiões com as maiores reservas de petróleo e gás natural. O temor do país andino era de que o treinamento fosse uma desculpa para controlar os recursos petrolíferos e de gás natural em seu território, além de que havia a possibilidade do assentamento das tropas estadunidenses no Paraguai se tornarem permanente (VARGAS-SUÁREZ, 2009, p. 28).

Também ocorreram outros momentos de divergências, com o governo boliviano negando a permissão da DEA de sobrevoar o país para mapear os cultivos de coca, anteriormente à expulsão da agência do país, e da mesma forma, expulsou USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) vinculada ao governo norte-americano. A USAID era acusada de financiar a oposição e de resistir a se submeter às novas orientações governamentais sobre a cooperação internacional (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 305).

Com a mudança da presidência dos Estados Unidos em 2009, com George W. Bush sendo substituído por Barack Obama (2009/2016), de um partido opositor do antigo presidente, poderia ocorrer uma melhora nas relações entre os dois países. Entretanto a



administração do presidente Barack Obama continuou com as políticas de antecessor, porém com alguma diplomacia.

Uma das principais figuras do novo governo norte-americano foi a Secretária de Estado Hillary Clinton, que era uma forte defensora dos benefícios das corporações e desprezava qualquer tentativa de nacionalismo latino-americano. Clinton se tornou uma forte crítica ao governo boliviano de Evo Morales. Além disso, ela defendia que a agenda bilateral com a Bolívia deveria ser semelhante à de qualquer outro país, baseando-a nos interesses dos Estados Unidos, não podendo realizar as mudanças que eram feitas pela gestão anterior em certa medida (VARGAS-SUÁREZ, 2009, p. 29).

Uma das formas escolhidas pela gestão Obama para pressionar o governo boliviano foi a política. Isso se deu por meio das críticas que foram realizadas por Hillary Clinton que questionavam a democracia no país, mesmo após a vitória de Evo Morales nas eleições com grande participação popular e com a maioria dos votos contabilizados. As acusações dos norte-americanos eram de que para ser uma democracia plena o governante precisa ser moderado e construir instituições democráticas, e que o governo boliviano impôs à força as nacionalizações. Esse discurso agressivo poderia justificar ações intervencionistas por parte dos Estados Unidos, fazendo com que o governo boliviano se tornasse mais precavido para defender retoricamente seus recursos minerais, e também se tornasse mais vigilante sobre as possíveis tentativas de desestabilização no país (VARGAS-SUÁREZ, 2009, p. 29).

O pior desentendimento entre os governos de Evo Morales e Barack Obama foi o caso “Edward Snowden”, que ocorreu em 2013. Resumidamente, Edward Snowden foi um membro da NSA (National Security Agency em inglês) que tornou público programas de vigilância global norte-americana contra líderes de Estado. Isso fez com que Snowden fosse condenado pela justiça dos Estados Unidos.

Em julho, Evo Morales estava participando de um congresso com os países exportadores de gás em Moscou, capital russa, e no regresso ao país andino, o avião presidencial teve a autorização de atravessar os espaços aéreos de quatro países europeus — no caso Espanha, França, Itália e Portugal — negados. A explicação oficial foi que a proibição ocorreu devido a “questões técnicas” desses países. Contudo, a chancelaria boliviana informou que na realidade, o desvio no trajeto do avião se baseava em uma suspeita de que Edward Snowden estivesse dentro do avião presidencial. Embora que o incidente tivesse tido a participação de quatro países europeus, a administração de Evo Morales também responsabilizou os Estados Unidos, com a afirmação de que os outros países tomaram essa decisão por influência norte-americana. Com os pedidos de desculpas dos países europeus, o

governo boliviano deu a situação por encerrada. Todavia, não recebeu tal tratamento pela chancelaria dos Estados Unidos, que havia negado sua responsabilidade nos acontecimentos (CEPPI, 2014, p. 141).

Outros desentendimentos entre os governos de Evo Morales e Barack Obama foram a negativa do governo norte-americano de extradição do ex-presidente boliviano Gonzalo Sánchez de Lozada, que havia sido processado pelas mortes ocorridas durante tumultos no episódio conhecido com a “Guerra do Gás” em setembro de 2012. Além disso, também ocorreu a negativa do governo norte-americano para que a Bolívia pudesse retornar ao acordo da ATPDEA. Neste sentido, o veto da gestão de George W. Bush foi mantido pela gestão de Barack Obama (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 305; CEPPI, 2014, p. 141).

A relação entre os dois países pode ser caracterizada por uma tensão constante, mas que foi marcada por uma baixa intensidade se comparada com a relação entre os Estados Unidos e Venezuela. Mesmo com o discurso anti-imperialista de Evo Morales na política externa, a política econômica e comercial ainda estava bastante atrelada aos Estados Unidos, que representa o terceiro maior destino das exportações bolivianas (CEPPI, 2014, p. 141-142). Diante dessa dependência comercial com os Estados Unidos, como se deram as tentativas de diversificação das exportações? Esse tema será tratado no próximo tópico.

## 2.8 DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES E A BUSCA POR INVESTIMENTOS EXTERNOS: UM PANORAMA GERAL

É leviano pensar que com as nacionalizações do setor de hidrocarbonetos e as tensões com a principal economia do mundo, os Estados Unidos, a Bolívia estivesse fechada para os investimentos externos, apesar de terem sido enormemente divulgado pela mídia. Na realidade, um dos pilares da política externa do governo de Evo Morales foi a atração de investimentos externos e a diversificação de sua pauta de exportações, realizando planos de atuação para atraí-los.

A atração de investimentos estrangeiros diretos (IED) foi um dos focos da política externa. Contudo Evo Morales deixava claro que o país andino “quer sócios, e não patrões” (BOLÍVIA, 2007, p. 242). A posição de Evo Morales é de que os investimentos são bem recebidos contando que se respeitem as leis nacionais e as orientações do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o conceito é de que se tenham regras mais justas nos contratos e que o governo seja “sócio”. Neste contexto, cumprindo essas demandas do Estado boliviano, o

governo Morales respeitaria os investimentos realizados e asseguraria a lucratividade dos investidores em níveis aceitáveis (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 292).

Nos governos bolivianos durante o século XXI, os investimentos estrangeiros diretos no país tiveram grande crescimento entre 1996 e 1999 no auge do neoliberalismo, com a compra das empresas estatais por empresas estrangeiras. Entretanto, caíram vertiginosamente a partir do ano 2002 com o período de instabilidade política, com a recuperação ocorrendo com o governo de Evo Morales. O governo Morales foi o primeiro governo boliviano a terminar seu mandato desde Gonzalo Sánchez de Lozada entre 1993 e 1997. Possivelmente esse foi um dos principais fatores da retomada, pois permitiu a estabilidade das políticas governamentais e a previsibilidade para os investidores. Embora tenha ocorrido esta recuperação, ela ainda foi a níveis inferiores aos dos anos 90 (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 292).

A política de captação de doações internacionais foi igualmente reestruturada. No passado os organismos internacionais e as Organizações não Governamentais (ONGs) tinham livre trânsito para decidirem as áreas que teriam destinados os recursos doados. Com as mudanças, o governo boliviano tem tido maior capacidade de influenciar o destino dos recursos para projetos considerados prioritários. As doações originadas do Japão e da União Europeia se adaptaram para o novo formato. Em contrapartida, dos grandes doadores, os Estados Unidos foi o país que menos se enquadrou no novo formato (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 292).

No que se refere à nova política comercial, o governo boliviano posicionou-se com o objetivo de diversificar a pauta de exportações, que é excessivamente concentrado em produtos primários, com destaque ao gás e os minerais. Para isso, buscou, a partir da industrialização local, exportar produtos com maior valor agregado, priorizando igualmente o mercado interno. Com o aumento dos preços de gêneros alimentícios como milho, trigo e óleo de soja, o governo passou a impor restrições à exportação desses produtos em 2008. Desta forma, as empresas que gostariam de continuar exportando esses produtos teriam que garantir uma determinada faixa de preços no mercado interno, forçando uma redução dos preços para a população local. Evidentemente, isso causou fortes críticas das organizações empresariais (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 291).

Os objetivos destas ações eram diversificar a pauta de exportações, mas também pavimentar uma melhora nas relações com os países vizinhos e organizar uma possível integração política e econômica na América do Sul. O país passou a se tornar mais presente na diplomacia da região, aproveitando o contexto favorável, pois muitos dos países do

subcontinente sul-americano eram governados por partidos com convicções de centro-esquerda.

O próximo tópico cuidará de mostrar como foi a relação do governo de Evo Morales com os outros países da América do Sul. Devido à grande extensão da região o texto terá como foco os países que tiveram maiores relações com a Bolívia.

## 2.9. A RELAÇÃO BOLIVIANA COM OS PAÍSES VIZINHOS DURANTE O GOVERNO DE EVO MORALES

O principal aliado boliviano da região na questão política e ideológica durante o governo de Evo Morales foi a Venezuela presidida por Hugo Chávez. O governo de Hugo Chávez se apresentava como uma opção oposta à concepção hegemônica do neoliberalismo defendido pelos Estados Unidos no sistema internacional, e era um crítico feroz da influência imperialista e da política externa norte-americana na região latino-americana. Sua política internacional tentava difundir uma nova proposta ao consenso de Washington, buscando uma integração baseada na visão de mundo bolivariana, uma forma descrita pelo próprio como o “socialismo do século XXI” (SARAIVA; DE LACERDA GONÇALVEZ; CLEMENTE, 2021, p.5).

Apesar da economia venezuelana não ser uma das maiores economias do mundo medida em PIB (Produto interno bruto), o país é um dos maiores produtores de petróleo no mundo, fator este que permitiu um posto de protagonista na região sul-americana, mesmo havendo países com economias maiores (por exemplo, Brasil e Argentina). Dessa forma, foi possível liderar uma parcela dos países da região que estavam descontentes com as políticas ditadas por Washington.

Perante esse contexto, foi possível ao governo de Evo Morales estreitar os laços com o governo venezuelano, além de formar um bloco de questionamento aos Estados Unidos na região. Este bloco buscava uma política de maior participação do Estado na economia e a defesa da nacionalização dos recursos naturais. Além da Bolívia e da Venezuela, esse bloco teve também a adição de Rafael Correa, que viria a ser presidente do Equador no ano de 2007 (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 296).

O vínculo político com a Venezuela de Hugo Chávez permitiu a Bolívia receber o apoio da chancelaria Venezuela nos processos de nacionalizações dos hidrocarbonetos e a participação venezuelana também na mediação da Bolívia com Argentina e Brasil nesses processos. Sendo uma voz de defesa das nacionalizações, e contrária às políticas neoliberais, a

Venezuela contribuiu para a Bolívia concretizar suas aspirações de política externa (SARAIVA; DE LACERDA GONÇALVEZ; CLEMENTE, 2021, p.9).

Ceppi (2014) demonstra outros motivos que explicam essa proximidade entre os dois governos, principalmente o investimento venezuelano em uma ampla gama de programas sociais na Bolívia. Segundo o texto de Ceppi (2014):

Outro elemento que permite compreender a aproximação entre os dois estados, reside no financiamento de múltiplas missões sociais na Bolívia com fundos venezuelanos. Estas missões visam abordar os problemas de saúde e educação dos setores mais pobres e excluídos. Dentre eles, destacam-se: i) batalhão 51: atendimento médico gratuito; ii) missão moto méndez: assistência médica e assistência técnica gratuita para pessoas com deficiência; iii) grand mariscal José de sucre: obras de infraestrutura para comunidades desapropriadas; iv) programa yo, sí puedo: alfabetização; v) operações cardiológicas em crianças; vi) bolsas internacionais gran mariscal de ayacucho: programa de bolsas para jovens de baixa renda para educação universitária (CEPPI, 2014, p.134-135).

Posteriormente a Venezuela também financiou o programa “Bolívia cambia, Evo Cumple” durante os anos de 2006 e 2011. Neste programa, o governo de Hugo Chávez doou 460 milhões de dólares para obras de infraestrutura em bairros de população mais pobre nas principais cidades bolivianas, possibilitando a chegada de água potável, saneamento básico e a construção de centros assistenciais para a população mais carente. Ademais, a Venezuela também prestou auxílio no campo militar com assistência técnica e econômica para a construção de postos do exército boliviano nas regiões de fronteira, fato que gerou insatisfação na imprensa no Chile, no Paraguai e no Peru (CEPPI, 2014, p. 135; CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 297).

Além do auxílio político na esfera internacional prestado pela Venezuela à Bolívia de Evo Morales, outro fator importantíssimo, foram às relações vinculadas a questões econômicas entre os dois países. A Venezuela, com o conhecimento técnico da produção de petróleo de sua empresa petroleira PDVSA (Petróleo da Venezuela S.A.), prestou apoio tecnológico e financeiro na reestruturação da produção de hidrocarbonetos bolivianos da YPFB. Essa parceria resultou em último caso numa nova companhia de sociedade mista no ramo dos hidrocarbonetos, chamada de Petroandina, criada em 2006. Esta companhia previa o investimento de US\$ 880 milhões em campos de perfuração nas regiões norte e centrais da Bolívia. Essa empresa teve 60% de suas ações em posse da Bolívia. Ou seja, a Bolívia possuía o controle majoritário. Porém, essa empresa não correspondeu às potencialidades esperadas pelos dois governos (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 297; SARAIVA; DE LACERDA GONÇALVEZ; CLEMENTE, 2021, p.9).

Vendo como alternativa a dependência do mercado Brasileiro e de suprir as exportações para os Estados Unidos via ATPDEA, a Bolívia viu a relação comercial com a Venezuela como um mercado para esses produtos. Contudo, a capacidade de absorção do mercado venezuelano de assimilar essas mercadorias era muito limitada. Mesmo com a criação da ALBA e a participação de outros países no bloco, como Cuba, Nicarágua, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Dominica, além da Venezuela (bloco este que foi aprofundado no capítulo 1), o comércio ainda foi bastante diminuto entre a Bolívia e o resto do bloco (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 295).

Um fator que dificultou ainda mais a capacidade venezuelana de absorver as exportações bolivianas e até mesmo a consolidação da Venezuela como uma liderança regional foram a queda do valor do barril de petróleo a partir da crise financeira de 2008. A perda do valor de mercado do petróleo fez com que a Venezuela não tivesse mais capacidade de investimento para custear os projetos de cooperação regional.

Isto fez com que a própria Bolívia repensasse sua relação com a Venezuela, buscando outros parceiros comerciais, e apesar de continuarem ligadas pela proximidade ideológica, não pode ser considerada uma proximidade automática em todas as esferas. É possível listar alguns pontos de desentendimento entre os dois países, tendo como exemplo a posição relativa ao bloco regional da CAN, em que a Venezuela saiu em 2006 com fortes críticas, e que a Bolívia permaneceu e buscou formas de convencer a Venezuela a regressar ao bloco. Outro ponto de discordância foi a presença de tropas bolivianas nas tropas da ONU no Haiti, fato criticado pelo governo de Hugo Chávez (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 297-298).

O parceiro econômico mais importante para a Bolívia na região sul-americana é o Brasil, país que é o destino de grande parte da produção dos hidrocarbonetos exportada desde os anos 90, no período em que foi construído o gasoduto ligando a região produtora boliviana ao sudeste e sul do Brasil, principalmente ao centro industrial de São Paulo. A Bolívia se tornou extremamente dependente desde então dessa exportação para o mercado brasileiro. Enquanto isso, o Brasil necessita do gás boliviano para seu parque industrial, sem ter muitas alternativas para supri-lo (SARAIVA; DE LACERDA GONÇALVEZ; CLEMENTE, 2021, p.6).

A nacionalização dos hidrocarbonetos pelo governo boliviano causou desentendimento com o Brasil, sendo que uma das principais usinas de gás em território boliviano pertencia à empresa brasileira da PETROBRAS. Entretanto, a reação do governo brasileiro, presidido na época por Luiz Inácio Lula da Silva acabou por respaldar a nacionalização do gás, adotando

uma resposta mais pragmática e diplomática, tentando negociar com o governo boliviano os contratos. Isto fez com que gerassem uma série de setores internos no Brasil, tanto da mídia, como os partidos de oposição ao governo Lula e até internamente na PETROBRAS (CEPPI, 2014, p. 107).

O texto de Cunha-Filho; Delgado (2010) descreve brevemente como se deu esse momento de tensão, e como se sucedeu as relações entre os dois países:

Como observado previamente, ao longo do processo de nacionalização dos hidrocarbonetos, as relações entre Bolívia e Brasil experimentaram momentos de tensão. Nesse período (2006-07), caracterizado pelas negociações quanto ao novo preço a ser pago pelo gás boliviano e o valor correspondente às instalações da estatal brasileira na Bolívia, a cooperação bilateral sofreu uma estagnação temporária. As relações distinguiram-se pela desconfiança e imprevisibilidade de futuras medidas que poderiam ser tomadas pelo Executivo boliviano e poderiam colocar em xeque investimentos brasileiros. Contudo, concluídas as negociações e sanadas as dúvidas quanto à suposta expropriação da Petrobras Bolívia, os governos deram passos rumo à reconstrução de suas relações, resultando na assinatura de diversos acordos que preveem, entre outros pontos, a realização de novos investimentos da estatal brasileira no país vizinho (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 301-302).

É possível conferir que as relações entre o Brasil e Bolívia não tiveram uma suspensão das relações diplomáticas entre os dois países. Tanto o governo de Lula quanto o governo de Evo Morales são considerados da esquerda política. Porém, além desta proximidade política, o motivo dessa resposta branda do governo brasileiro em relação às nacionalizações de suas empresas poderia ser justificado pela aspiração brasileira de se tornar um líder regional na América do Sul. Com isso, para atingir esse objetivo, o Brasil passou a arcar com alguns os custos dessa liderança (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 302).

O Brasil durante o governo de Lula passou a liderar projetos de integração entre os países da região, sendo um país com uma matriz econômica mais diversificada, ao contrário do caso venezuelano, o Brasil teve maior capacidade de direcionar o processo. Além da liderança do MERCOSUL, o Brasil também passou a ser um defensor da criação da UNASUL, além de que o Brasil de Lula apresentava um contraponto aos Estados Unidos, de forma mais branda que a Venezuela de Hugo Chávez (SARAIVA; DE LACERDA GONÇALVEZ; CLEMENTE, 2021, p.4-5).

Isto fez com que Evo Morales visse na integração com o Brasil e os blocos regionais do qual o país fazia parte, como uma forma de auxílio ao seu governo e pretensões regionais. No próximo capítulo, será realizada a contextualização do MERCOSUL e a questão mais específica desta dissertação, que são as motivações e contradições associadas à entrada da Bolívia no MERCOSUL.

Outro parceiro regional com bastante importância para a Bolívia foi a Argentina, governada pelos presidentes Néstor Kirchner e Cristina Kirchner (2003-2015), que eram governos considerados de centro-esquerda. A Argentina era vista pelo governo Evo Morales como um potencial mercado consumidor para sua produção, principalmente de hidrocarbonetos. Apesar de o país platino ter passado por problemas econômicos durante os anos 2000, o mercado consumidor ainda era grande se comparado ao de outros países da região (com a exceção do Brasil).

A Argentina também passou por problemas de abastecimento de gás no início dos anos 2000, fazendo com que tivesse urgência em expandir as compras do setor. Este fato coincidiu com a possibilidade de a Bolívia negociar parcelas maiores de venda de hidrocarbonetos com a Argentina. Esta realidade ocorreu mesmo em um contexto de discordâncias referentes à negociação de aumento de preços dos hidrocarbonetos e perante as nacionalizações bolivianas. Foram acordados entre os dois países também investimentos para a expansão das redes de gasoduto, com a construção de um gasoduto no nordeste argentino ligando a rede de gás Boliviana, e a construção de uma usina de separação de carburantes líquidos (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 298).

A relação boliviana com o Paraguai e com Uruguai se pauta mais na questão diplomática, e menos na relação econômica, devido ao pequeno mercado consumidor dos dois países. Apesar de o governo boliviano ter reativado o mecanismo do URUPABOL com a intenção de intensificar as relações comerciais, planejando a criação de um gasoduto até o Uruguai, passando pelo Paraguai, tal gasoduto não se concretizou. Entre os principais pontos da relação com os dois países, pode-se citar a assinatura de acordos que delimitavam em definitivo as demarcações entre a fronteira Boliviana com o Paraguai, que estavam em litígio desde a Guerra do Chaco (1932-1935), e a oferta uruguaia de um porto para as exportações bolivianas em seu território (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 298). Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai serão tratados em conjunto a partir do capítulo 3 que trata da entrada boliviana no MERCOSUL.

Dentre os países vizinhos, o que apresentou maior dificuldade diplomática foi o Chile. Isto ocorre porque o Chile é país do qual a Bolívia reivindica uma parte de seu território que corresponderia a uma saída para o mar, perdido a partir da Guerra do Pacífico (1879-1883). A recuperação da saída para o mar é uma demanda histórica da Bolívia, e Evo Morales defendeu fortemente essa reivindicação no seu governo.

Logo após ser eleito presidente em 2006, Evo Morales convidou Ricardo Lagos, então presidente do Chile, para visitar a Bolívia como um sinal de amizade entre os dois países, algo



que aconteceria também com a sucessora de Lago, a presidenta Michelle Bachelet. Em uma tentativa de construir novas pontes de diálogo, esses encontros resultaram na “Agenda de los trece puntos” que tinha a intenção de resolver discordâncias entre os dois países, evidentemente o ponto mais sensível era o ponto seis referente ao tema marítimo (QUITRAL ROJAS, 2014, p. 185).

Perante a ineficácia das negociações entre os dois países que resultasse em uma saída para o mar, o governo boliviano mudou sua estratégia e passou a pautar o debate em outras esferas, como organismos internacionais, de forma a pressionar o governo chileno. Um ponto marcante dessa relação foi em 2013, durante a Cúpula da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) em que o presidente boliviano relatou a todos os mandatários que o Chile não havia respeitado acordos firmados no Tratado de Paz e Amizade do ano de 1904. Essa demanda também foi apresentada perante a Corte Internacional de Justiça da ONU (QUITRAL ROJAS, 2014, p. 187). Esse tema continuou sendo fonte de disputa entre as chancelarias dos dois países.

## 2.10 A DIFÍCIL RELAÇÃO COM A CAN E A BUSCA POR OUTROS PARCEIROS NA ÁSIA

Apesar de não ter um discurso belicoso em referência à Comunidade Andina (CAN) como o discurso da Venezuela de Hugo Chávez, Evo Morales apresentou um discurso também crítico ao funcionamento da CAN. Todavia, a Bolívia manteve a presença do país no bloco, e discutiu sua continuação mesmo em um eventual choque de projetos de integração com a entrada do país no MERCOSUL. A participação boliviana discorda em relação aos projetos futuros do bloco, entre eles uma proposta de tratado de livre-comércio (TLC) com a União Europeia, apoiada por Colômbia e Peru, os dois países-membros mais ricos economicamente, que buscam no bloco uma política de liberalização econômica (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 299).

Além disso, esses dois países assinaram tratados de livre-comércio com os Estados Unidos, o que entrou em conflito com a política de exportações bolivianas dentro do bloco, e que buscaram também mudanças nas leis de patentes e de propriedade intelectual. Este processo fez com que a Bolívia interrompesse essas discussões durante seu período como presidente *pro tempore* dentro do bloco. A proximidade de Colômbia e Peru com os Estados Unidos é vista como uma influência prejudicial dentro do bloco para a Bolívia (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 299).

Ainda assim, a participação boliviana no bloco é importante para a economia boliviana, por representar um mercado para suas exportações, principalmente para as mercadorias manufaturadas. Isso é evidenciado quando, em sua tentativa de entrar no MERCOSUL, a Bolívia manifestou suas intenções de participar dos dois blocos de forma simultânea, o que poderia gerar conflitos nos regimes jurídicos da CAN e do MERCOSUL (como se verá no Capítulo 3). Juridicamente, não há impedimento tanto no Tratado de Assunção, que é o acordo constitutivo do MERCOSUL, quanto no Protocolo de Cartagena, que é o acordo constitutivo da CAN. Ou seja, não há uma proibição que impeça um membro de fazer parte igualmente de outro bloco (PONTES, 2007, p.16).

Não havendo impedimentos jurídicos, os desafios mais simples seriam a exigência da Bolívia de harmonizar suas políticas econômicas de forma a se tornarem adequadas com as existentes na CAN e MERCOSUL e sincronizar seus posicionamentos nos foros políticos e econômicos internacionais de forma a acomodar os dois blocos. Os desafios que causariam grande dificuldade seriam a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) dos dois blocos e a incompatibilidade de praticar as mesmas tarifas e regulamentações comerciais praticadas pelos outros países membros dos dois blocos (PONTES, 2007, p.16).

Por último, é importante destacar algumas tentativas de diversificação das relações diplomáticas bolivianas. Com destaque para a China, que tem um papel cada vez mais relevante na América latina e é o destino de uma grande parcela das exportações bolivianas, além do investimento em infraestrutura financiado pelo capital chinês no país andino. Os pontos destacados da relação entre os dois países foram os empreendimentos conjuntos nas áreas de agricultura, mineração, comunicações e energia; com o financiamento chinês foi possível à Bolívia construir e lançar no espaço seu primeiro satélite de comunicação, e a indicação de ajuda técnica na extração de suas reservas de lítio (CEPPI, 2014, p.138).

Outros destaques foram a aproximação com países do Oriente Médio, como o Irã, que tem uma indústria de hidrocarbonetos consolidada e é um crítico das políticas externas norte-americanas. Também pode ser mencionada a Rússia, com uma forte indústria de hidrocarbonetos e com acordos na área de defesa. Adicionalmente, pode ser citada a Índia, com quem a Bolívia tem acordos de exploração de jazidas de ferro dentro de seu território (CUNHA-FILHO; DELGADO, 2010, p. 303).

Poderiam ser mencionadas as relações com outros países, até mesmo com países importantes da América Latina que são citados de forma marginal (como no caso de Peru e Colômbia), ou mesmo outros países com proximidade política com o governo de Evo Morales (como Cuba de Fidel Castro e o Equador de Rafael Correa). Não obstante, a intenção deste

capítulo foi apresentar um panorama breve da política interna e externa do país durante o governo de Evo Morales, não abarcando toda a complexidade do governo como um todo.

É possível então concluir que a chegada de Evo Morales ao poder é um marco para a história boliviana. Ao se tornar o primeiro presidente indígena eleito em um país de maioria indígena, seu governo rompe com a política econômica adotada pelos governos anteriores. Sua política interna foi marcada por mudanças sociais e econômicas, com a redução das desigualdades, a busca pelo desenvolvimento e a nacionalização do setor de hidrocarbonetos. Na sua política externa Evo Morales rompeu com o alinhamento automático com os Estados Unidos e enfrentou críticas internacionais devido à nacionalização dos hidrocarbonetos.

Além disso, posteriormente buscou diversificar seus parceiros regionais, primeiramente com a proximidade ideológica com a Venezuela de Hugo Chávez, que concedeu apoio durante o processo de nacionalização. Da mesma forma, procurou esta diversificação com o Brasil e com a Argentina, buscando desenvolver o comércio. Estes dois países são dois dos seus principais parceiros comerciais. Da mesma forma, a Bolívia procurou fazer uma ativa defesa de uma saída marítima perante o Chile, em um período que conviveu com forte oposição por parte dos governos que se sucederam do Estados Unidos.

Adicionalmente, a importância das relações da Bolívia com o Brasil também se reflete em suas opções para a integração regional, além daquelas abordadas no Capítulo 1. Assim, o próximo capítulo terá o foco no processo de entrada da Bolívia no MERCOSUL, uma das prioridades de política externa do governo Morales.

### **CAPÍTULO 3 - A BOLÍVIA NO MERCOSUL (2006/2019)**

O objetivo deste capítulo é analisar as razões da escolha do governo de Evo Morales pela entrada da Bolívia no MERCOSUL, argumentando que o fator econômico não é o fator preponderante, mas sim outros além das trocas comerciais com países membros do bloco. Primeiramente o capítulo apresenta um breve resumo da história do bloco regional, desde sua fundação até as mudanças políticas que ocorreram ao longo de sua história. Na sequência, o capítulo tentará compreender como a entrada da Bolívia contribuiria para o bloco. Posteriormente, o capítulo elucidará como foi à evolução gradual do processo de entrada do país andino no MERCOSUL. Por último, o capítulo empenhou-se em compreender as motivações que levaram à decisão do governo de Evo Morales por fazer com a Bolívia almeje uma vaga como Estado-membro no MERCOSUL. O foco deste capítulo se restringe ao período 2006 a 2019, correspondente ao governo de Evo Morales.

#### **3.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MERCOSUL**

O MERCOSUL é inspirado em um longo processo de evolução das teorias sobre integração dos blocos econômicos, e apesar de ter existido processos anteriores como a própria formação da União Europeia, as discussões sobre integração econômica se tornaram tendência com o surgimento e o avanço da globalização nos anos 1990 (VICENTINI, 2013, p. 172). A globalização é caracterizada como uma progressiva abertura das economias nacionais para o comércio internacional, gerando uma rede de países cada vez mais integrados a partir do comércio de bens e serviços, fluxos estrangeiros e investimentos diretos, um dos principais exemplos desta mudança é a transnacionalização de empresas, que se espalharam pelo mundo inteiro, e que cada vez mais os produtos são negociados internacionalmente ou apresentam componentes de origem externa (VICENTINI, 2013, p. 173).

Os processos de integração regional surgiram como uma forma de contraponto à globalização econômica irrestrita, resultando da necessidade de países de uma mesma região de se unirem para proteger suas economias dos efeitos prejudiciais da globalização, agregando capitais, recursos humanos, tecnologias e promovendo medidas padronizadas entre os membros para estimular o desenvolvimento econômico no interior do bloco. A integração econômica foi uma resposta importante dos Estados ao contexto do advento da globalização (SOARES FILHO, 2009, p.22). É nesse contexto que se deu o surgimento do MERCOSUL em 1991.

A integração regional entre os países da América do Sul já era pensada desde o período da colonização, principalmente pelos povos sul-americanos subjugados pela colonização espanhola, que já realçavam o sentimento de nacionalidade e a busca por uma unidade continental, mesmo após a conquista da independência. Entretanto, o Brasil passou muito tempo de costas para os ideais de integração do resto da América do Sul. Até a década de 1960 o Brasil era indiferente perante a ideia de trocas comerciais com os países vizinhos e a qualquer proposta de uma formação de bloco regional. Este pensamento não era apenas uma concepção dos governantes, mas também era difundido entre a sociedade civil, ocorrendo apenas alguns pontos bem específicos de relações comerciais com os outros países sul-americanos (SOARES FILHO, 2009, p.23).

Precisamente, aos fatos que efetivamente precederam o MERCOSUL, está a relação entre o Brasil e Argentina. Estas relações bilaterais foram sempre as bases para um possível bloco regional na América do Sul. Dentre os antecedentes entre estes dois países estão a criação da União Aduaneira Brasil-Argentina em 1941, em um período de grande dificuldade econômica perante o fator externo da Segunda Guerra (1939-1945), levando os dois países a tentar suprir a sua balança comercial com o país vizinho. Entre 1950 e 1956 também houve tentativas de maior aprofundamento, principalmente a partir do pacto ABC que reuniria Argentina, Brasil, Chile. Também pode ser mencionada a proposta da CEPAL, em 1956, da criação de um bloco regional econômico, porém sem grandes resultados na área econômica. A relação entre Brasil e Argentina ficaria praticamente congelada durante o período das ditaduras militares nos respectivos países (SOARES FILHO, 2009, p.24).

A relação econômica entre os dois países apresentou um ressurgimento a partir do retorno da democracia e o ambiente de crise econômica da década de 1980. Os recentes governos democráticos de José Sarney no Brasil, e Raúl Alfonsín na Argentina, as principais economias da América do Sul, passaram a buscar uma maior integração mutuamente, e essa integração seria uma forma de reduzir os efeitos da crise da dívida externa e da alta inflação (TEMKE, 2020, p.17).

O marco desse retorno é a assinatura pelos dois governos, em 30 de novembro de 1985, da Declaração de Iguazu que iniciou o processo de integração bilateral entre os dois países. Depois dessa iniciativa, originaram-se uma série de iniciativas como a criação de programas, assinatura de atas, a criação de protocolos de vários setores, a subscrição de comunicados em conjunto entre outros documentos (SOARES FILHO, 2009, p.24). Com o fim da Guerra Fria em 1989, os processos de integração também são favorecidos.

Em 1990 é firmada a Ata de Buenos Aires, em que os dois países propõem acelerar o programa de constituição de um mercado comum bilateral, e estabelecem como meta a redução geral de tarifas e a eliminação de barreiras não tarifárias. A ata possibilitou também que outros países da região pudessem solicitar a união ao acordo (SOARES FILHO, 2009; TEMKE, 2020).

O Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, foi estabelecido pelo Tratado de Assunção em 1991, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a intenção de criar uma zona de livre-comércio entre os países membros. O início do MERCOSUL é marcado por um enorme crescimento das relações comerciais entre os integrantes, favorecendo principalmente a produção industrial da Argentina e do Brasil. No ano de 1994 é assinado o Protocolo de Ouro Preto, que estabelece a estrutura institucional do bloco. Em 1995, se consolidam as isenções de impostos pela maioria dos produtos comercializados entre os quatro países. Em 1996, Chile e Bolívia se vinculam ao bloco como Estados associados. No mesmo ano se instaura uma crise política no Paraguai, em que o MERCOSUL foi essencial para a resolução da crise, influenciado por esse acontecimento, em 1998 foi assinado o Protocolo de Ushuaia que incluía uma cláusula democrática que reafirmava o compromisso democrático do bloco (TEMKE, 2020, p.18-19).

Em 1999, perante a uma crise externa, o governo brasileiro se viu incapaz de manter o câmbio entre as bandas estabelecidas, o Banco Central foi forçado a assumir um regime de câmbio flutuante, levando uma massiva desvalorização do Real. Seus efeitos impactaram totalmente o MERCOSUL, com o encarecimento das importações brasileiras pelos países parceiros dentro do bloco, e com a Argentina sendo profundamente atingida, pois tinha um superávit com o Brasil. Prevendo uma enxurrada de produtos brasileiros no mercado argentino e um déficit na conta corrente, o governo argentino passou a adotar medidas protecionistas contra os produtos brasileiros. Como represália, o Brasil também adotaria medidas protecionistas em relação a produtos argentinos (TEMKE, 2020, p.21).

Para dificultar ainda mais o cenário do MERCOSUL no início do século XXI, em 2001 a Argentina passou pela maior crise política- econômica de sua história, que fez com que o governo argentino desse um calote na sua dívida externa e declarasse moratória, apesar de o MERCOSUL ter contribuído para que a crise não tivesse sido ainda mais severa, pois representava um mercado para os produtos argentinos. Entretanto, esses acontecimentos mostraram uma fragilidade do MERCOSUL, evidenciando as limitações econômicas do bloco e a completa ausência de alguma forma de coordenação de políticas macroeconômicas entre os integrantes (TEMKE, 2020, p.21-22).

O MERCOSUL em sua primeira década cumpriu o papel de expandir o comércio entre os membros do bloco, e por mais que fosse uma reação à globalização, o bloco foi altamente influenciado pelo paradigma liberal, tendo como o foco quase exclusivamente no comércio. Com o advento dos anos 2000, com as crises cambiais de alguns estados-membros e a ascensão de governos progressistas, o MERCOSUL passará por mudanças para ampliar seu escopo de atuação.

A mudança do bloco começa com a eleição de governos progressistas de centro-esquerda, com Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina em 2003. No século XXI, o MERCOSUL vai passar a abraçar uma gama de agendas além da econômica, como a agenda política e social. Nesse ano o Brasil consegue atingir certa estabilidade fiscal e monetária e a Argentina começa a superar a crise econômica e os países membros do bloco passam a apresentar crescimento econômico acelerado influenciado pelo boom dos preços das commodities.

Nesse contexto, o MERCOSUL empenhou-se em aperfeiçoar a zona de livre comércio e união aduaneira; a inclusão da sociedade civil no processo de integração regional abarcado a livre circulação de pessoas; a correção de assimetrias; o alargamento do bloco com a adesão de novos membros e países associados; e o estabelecimento de um Parlamento interno para o bloco (LIGI, 2011, p.4; TEMKE, 2020, p. 22).

Em 2005 foi criado o Parlasul, o parlamento do MERCOSUL, com sede em Montevideu e é formado por senadores e deputados federais dos membros participantes. Pelo princípio de respeito à soberania dos membros, o Parlasul não toma decisões políticas e também não legisla, sua atuação é mais baseada em fazer declarações políticas e recomendações de normas para os executivos dos países integrantes (LIGI, 2011, p.6). Em 2006 é criado o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) cujo objetivo é financiar projetos de infraestrutura com a finalidade de promover a convergência estrutural. O FOCEM tem como foco nas economias menores e regiões menos desenvolvidas do bloco, com o Brasil arcando com 70%, e a Argentina com 27% dos custos do fundo, Uruguai e Paraguai, os dois membros com as menores economias medidas em PIB do bloco, acaram respectivamente, com 2% e 1% dos custos do fundo e utilizam a maioria dos recursos destinados ao FOCEM (TEMKE, 2020, p.22-23).

Nesse período houve a tentativa de um acordo com a União Europeia, incentivado principalmente pelo governo brasileiro, porém não resultaram em acordos efetivos. O MERCOSUL logrou fechar acordos internacionais com alguns países, sendo eles Egito, Israel e Palestina. O MERCOSUL passou por uma reestruturação institucional para abarcar setores

da sociedade civil de seus países membros, por exemplo, foram criados o Instituto Social do Mercosul (ISM), a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMAS), diversas cúpulas sociais regionais e espaços nacionais de participação social como o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo e o Conselho Consultivo da Sociedade Civil ligados ao governo argentino.

Como destacam Ligi (2011) e Temke (2020), ocorrem também iniciativas conjuntas dos governos do MERCOSUL como o Acordo Multilateral de Seguridade Social dos Estados Partes, permitindo aos cidadãos do bloco de receber aposentadoria morando em qualquer um dos países do bloco, a disponibilização de atendimento médico gratuito nas cidades fronteiriças, a promoção de ações conjuntas contra a violência contra as mulheres, a compatibilização entre os currículos de mais de 200 cursos universitários entre outras coisas (LIGI, 2011, p.5; TEMKE, 2020, p. 23). Em 2012, ocorre a adesão da Venezuela presidida por Hugo Chávez ao bloco. Esse acontecimento gerou críticas por boa parte dos empresários argentinos e brasileiros.

Desde a sua fundação, o MERCOSUL tem evoluído de forma mais notável em determinadas áreas, enquanto tem resultados modestos em outras, por exemplo, o avanço do bloco logrou no quase total na eliminação de tarifas de importação entre os membros, enquanto apresenta dificuldades de implementação de uma política comercial comum que seja efetiva para todo o bloco. O bloco também se vê em um contexto atual muito diferente da época da sua formação, como o processo de desindustrialização de Brasil e Argentina, a crescente influência comercial da China que faz com que os países do bloco disputem entre si o mesmo mercado para suas produções agrícolas, entre outras (LECHÍN, 2015, p.21).

Essa brevíssima síntese histórica do MERCOSUL tem como propósito resumir brevemente os principais acontecimentos do bloco de forma resumida, não esgotando o grande número de fatos históricos de que o bloco passou. Antes de apresentar como foi o processo de entrada da Bolívia no MERCOSUL é importante entender o que a entrada do país andino acrescenta ao bloco.

### 3.2. A IMPORTÂNCIA DA BOLÍVIA PARA O MERCOSUL E SUA ACEITAÇÃO

O alargamento do MERCOSUL para incorporar novos membros visando adicionar potenciais mercados consumidores, além dos quatro países fundadores, é um projeto do bloco que remete ao ano de 1996 que resultou inicialmente na inclusão de dois países como membros associados: o Chile e a Bolívia. Posteriormente, este processo acrescentou novos



países sendo eles Peru em 2003, Colômbia e Equador em 2004, Guiana e Suriname em 2012. Tal processo permite a ampliação do raio de atuação do bloco, saindo de seu entorno imediato, o Cone Sul, e se transpondo para quase toda a América do Sul. Porém, essa relação é diferenciada por membros que são Estado-partes que constituem efetivamente o MERCOSUL, possuindo plenos direitos e deveres, podendo fazer parte da União Aduaneira e da Tarifa Externa Comum (TEC).

Em contrapartida, os Estados-associados integram apenas a área de livre-comércio e não possuem poder de voto nas decisões do MERCOSUL (GAZZOLA; ARAUJO, 2018, p.3). É nessa situação de Estado-associado que a Bolívia se encontrava até o pedido de entrada como membro pleno do MERCOSUL em 2006. A Bolívia como Estado-associado já se encontrava isenta de tarifas para a exportações para o bloco. O principal produto exportado que é o gás natural, era de extrema importância para alimentar o parque industrial do Brasil e da Argentina, e já possuía 100 % de preferência tarifária (PONTES, 2007, p.17).

Entretanto, a tentativa de adesão de novos países como membros plenos só foi mais visível a partir da mudança política do bloco nos anos 2000, na segunda fase de integração. Em 2005, o MERCOSUL se coloca contrário à proposta da criação da ALCA que era incentivada pelos Estados Unidos, e para conseguir equilibrar o poder regional perante a proposta do novo bloco, o MERCOSUL decide se empenhar em expandir suas fileiras incorporando novos países membros (GAZZOLA; ARAUJO, 2018, p.8-9).

A primeira investida de adesão de novos membros pós a IV Cúpula das Américas foi o pedido de entrada da Venezuela em 2006, o país caribenho presidido por Hugo Chávez na época, apresentava uma oposição de caráter ainda mais forte a ALCA se comparado com os governos de Brasil e Argentina. Além disso, este era um período de boom das commodities, e por isso a Venezuela conseguiu gerar padrões de crescimento econômico altos, principalmente com a exportação de petróleo. Assim, esses fatores a colocaram como um importante ator regional, e agregá-la ao MERCOSUL como membro-pleno representaria também uma grande reserva de petróleo intrabloco. Sua entrada definitiva só se consolidaria em 2012 durante a suspensão do Paraguai do bloco por causa de um golpe contra o presidente Fernando Lugo, essa suspensão garantiu o ingresso venezuelano no bloco, pois o congresso Paraguai não havia assinado o documento de aceite venezuelano. Posteriormente, a Venezuela seria suspensa em 2015 em uma conjuntura de crise socioeconômica devido à queda dos preços internacionais das commodities e da radicalização da política interna venezuelana.

A investida para adicionar a Bolívia no bloco em 2006, à primeira vista, foi recebida de forma receosa no MERCOSUL, devido ao processo de nacionalização com a ocupação

pelo exército boliviano de refinarias da Petrobrás localizadas no país andino. Esse ato foi uma forma de renegociar os acordos de gás a preços favoráveis para o povo boliviano, porém foi observado como uma forma de chantagem a um parceiro comercial pelo Brasil e pelo MERCOSUL como um todo. Este incidente não contribuiu diplomaticamente para promover a Bolívia como membro pleno do bloco. Em conjunto a esse acontecimento, a Bolívia presidida por Evo Morales não fazia sombra perante o potencial geopolítico e econômico da entrada da Venezuela de Hugo Chávez no bloco antes da crise socioeconômica venezuelana (GAMA, 2015, p.2).

Essa relação entre o MERCOSUL e a Bolívia mudaria a partir dos anos 2010, em quem os países constituintes passaram por crises econômicas com o fim do boom das commodities. Neste contexto, as economias de Brasil e Argentina desaceleraram, resultando em uma recessão, além de uma série de desentendimentos diplomáticos entre os dois países, somado ao projeto venezuelano que sucumbiu com a crise sociopolítica. Nesse mesmo período, a economia boliviana crescia a taxas consistentes desde o início da crise das commodities, acima do crescimento de Argentina, Brasil e Venezuela, havendo redução da desigualdade social e da extrema pobreza (GAMA, 2015, p.2).

Nesse contexto de crise das economias do bloco, o país andino passou a ser atrativo como um membro-pleno, perante os dramas passados pelas economias de Argentina e Venezuela. A Bolívia, devido a seu crescimento econômico se apresentou como um alento, uma injeção de ânimo em um período de extrema debilidade do MERCOSUL (GAMA, 2015, p.3). É possível notar a aceitação da entrada da Bolívia no MERCOSUL até em setores de espectros políticos contrários a ideologia de Evo Morales, como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), que é um sindicato patronal ligado à indústria brasileira, e que defendeu a entrada boliviana no bloco regional (PONTES, 2007, p.18).

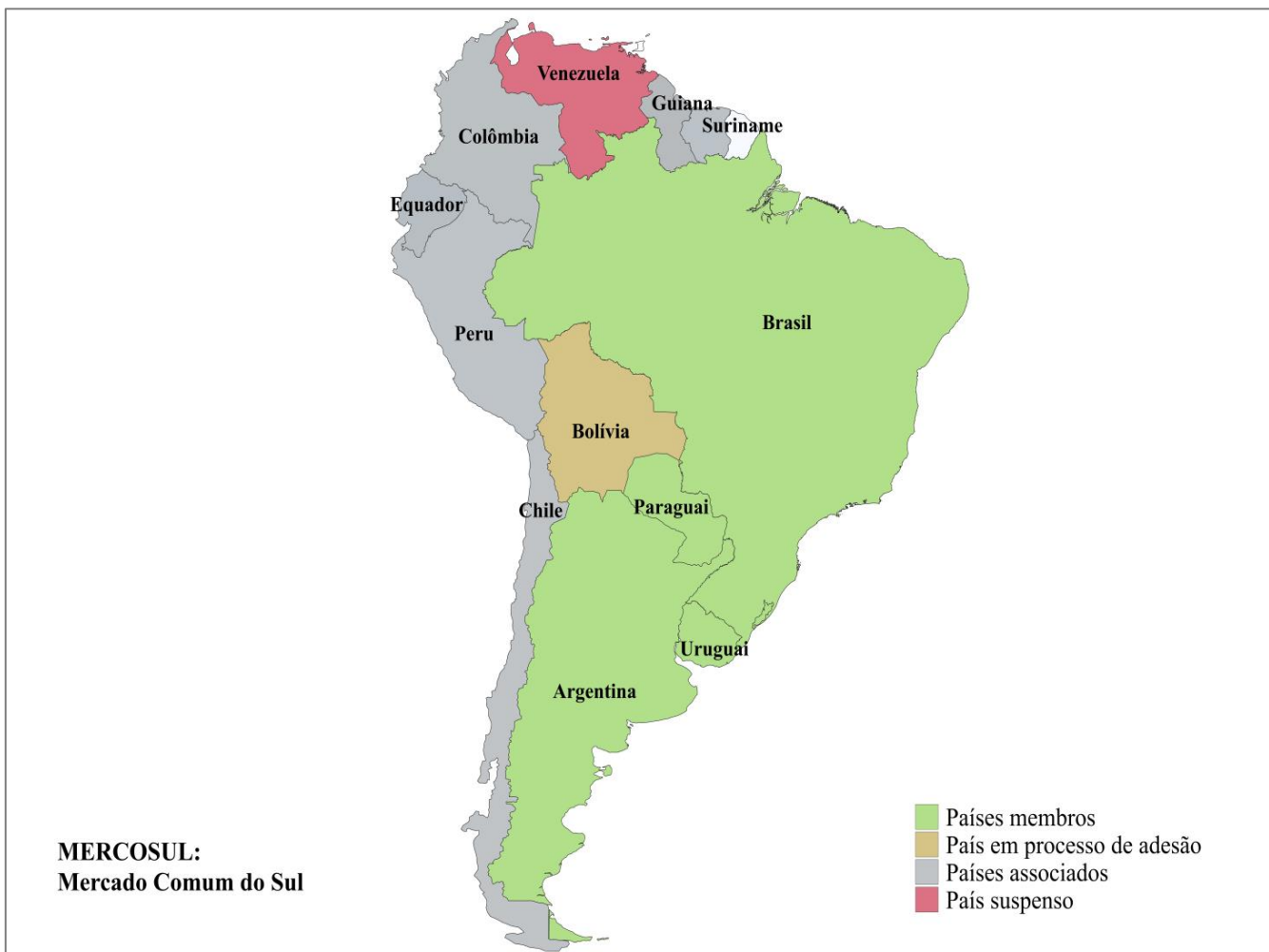
Além de apresentar os principais motivos para o MERCOSUL admitir a Bolívia no bloco, é necessário compreender como se deu o processo na prática, o próximo item irá se debruçar perante o processo dessa evolução gradual.

### 3.3. A EVOLUÇÃO GRADUAL DA ADMISSÃO DA BOLÍVIA NO MERCOSUL

A Bolívia iniciou a sua relação com o MERCOSUL como um membro-associado por meio do Acordo de Complementação Econômica N° 36 em 1996, esse acordo permitiu uma série de facilidades para as exportações bolivianas com destino aos países participantes do

bloco, o acordo previa a formação de uma área de livre comércio, em que todo o universo tributário estaria sujeito a uma tarifa de 0% (RAMAL, 2007, p.51).

O acordo permitiu que o MERCOSUL se tornasse o maior parceiro comercial boliviano, desbancando os Estados Unidos e a União Europeia que ocupavam os primeiros lugares antes do acordo, muito de esse crescimento se expandiu com a construção do gasoduto ligando a região produtora de gás natural boliviana, com a região industrial do estado de São Paulo no Brasil. Além do gás natural, que representa grande parte do comércio com o bloco, as exportações de produtos vegetais, metais básicos, óleos e peles de couro também foram beneficiados com o acordo. Enquanto que as importações bolivianas oriundas do bloco foram basicamente, à importação de máquinas, aparatos elétricos, produtos químicos e plásticos. A Bolívia se beneficiou de 5.132 preferências comerciais com o acordo com MERCOSUL (RAMAL, 2007, p.53-54).



**FIGURA 8-** Países membros e Países associados do MERCOSUL

**Fonte:** elaboração própria com base no texto de MOLINA (2008).

O processo institucional para ser membro do MERCOSUL é realizado a partir de uma norma de adesão, que define a entrada de novos membros, em que o país, com a intenção de ingressar no bloco necessariamente deve fazer o pedido ao Conselho de Mercado Comum (CMC). Assim, este processo é intermediado pelo presidente Pro Tempore em exercício. A partir desse pedido o CMC estabelece um grupo para examinar as condições em que ocorrerá a admissão do novo membro. Esse grupo contará com um prazo de 180 dias desde a primeira reunião, e prorrogável por mais 180 dias, para finalizar o trabalho, a partir desse ponto se sucede para a assinatura dos Estados-membros e o país que pleiteou a adesão (PONTES, 2007, p.16).

A incorporação boliviana no bloco segue esse processo institucional, em 21 de dezembro de 2006, Evo Morales encaminhou uma carta em que solicita, formalmente, o ingresso no MERCOSUL para o CMC, tendo como intermediário o presidente Pró Tempore que era na época o Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. No dia 18 de janeiro de 2007, em uma reunião do CMC, se realizou a criação de um grupo com a finalidade de incorporar o país andino como Estado-membro do bloco. Em seguida, durante os dias 26 e 27 de dezembro do mesmo ano se realizou a primeira reunião do grupo. Posteriormente, do grupo se originou as diretrizes para a Bolívia se tornar um Estado-Membro efetivo do MERCOSUL, tendo que ser ratificado não apenas pelo governo boliviano, mas também pelos outros Estados-membros (PONTES, 2007, p.16).

Esse procedimento institucional, apesar de parecer simples, pode resultar em um processo longo devido à demora em ratificar os documentos nos parlamentos dos países-membros. Nisso se somou também um turbilhão de mudanças e controvérsias dentro do bloco, o processo que se deu a incorporação da Bolívia no MERCOSUL, apresenta também correlações com o processo de entrada da Venezuela no bloco (CUNHA FILHO, 2012, p.6).

No contexto das assinaturas para a adesão boliviana, outro processo de integração de um novo membro ao bloco também acontecia de forma mais acelerada, pois estava em situação adiantada tanto por requerer a entrada antes como pelo maior apoio democrático recebido que a Venezuela de Hugo Chávez. No caso venezuelano, o congresso paraguaio não se apresentava disposto a aprovar a entrada no bloco, o que atrasava o ingresso de novos membros. Contudo, em 2012 o presidente eleito democraticamente do Paraguai sofre um golpe perpetrado pelo próprio congresso paraguaio, esse fato fez com que os presidentes do MERCOSUL suspendessem o Paraguai até que novas eleições fossem realizadas (GAZZOLA; ARAUJO, 2018, p.11-12).

Esse episódio de suspensão temporária do Paraguai permitiu a entrada efetiva da Venezuela no bloco, e permitiu também que não fosse necessária a assinatura do congresso paraguaio para a adesão da Bolívia. Entretanto, as bases institucionais para adesão e suspensão de um Estado-membro não foram suficientemente detalhadas, de forma que se geraram dúvidas enquanto sua legitimidade em um futuro retorno paraguaio. Fato este, que ocorreu com a eleição de Horácio Cartes como presidente do país guarani em 2013, as negociações dentro do MERCOSUL levaram ao Paraguai aceitar a entrada venezuelana no bloco. O seu congresso aprovou a entrada, porém não reconheceu a legitimidade da inclusão de um novo membro além da Venezuela sem a sua aprovação, no caso a inclusão da Bolívia (GAZZOLA; ARAUJO, 2018, p. 12).

Nesse momento, foi necessária a elaboração de um novo Protocolo de adesão da Bolívia. Dessa forma a Bolívia adere novamente ao MERCOSUL em 2015, não considerando os protocolos realizados anteriormente para a entrada boliviana, nesta ocasião contendo a assinatura do congresso paraguaio. Atualmente já consta também a assinatura da Argentina e Uruguai, porém, o impedimento à entrada atualmente tem sido a demora de ser aprovada pelo parlamento brasileiro. Desde o ano de 2015, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff em um processo de impeachment realizado pelo congresso, não se colocou esse projeto para ser discutido. Este processo somente seria retomado pelo Legislativo brasileiro em 2023, temporalidade que excede o escopo desta dissertação. No caso, o processo continua em andamento até a finalização desta dissertação em Outubro de 2023 (GAZZOLA; ARAUJO, 2018, p. 12; RESTIVO, 2017, p.8).

Posto isso, é possível compreender que o caminho percorrido pelo Estado boliviano para entrar no MERCOSUL foi bastante tortuoso. Além da burocracia que acompanha naturalmente esse processo de ingresso, suportou também conflitos relacionados às deficiências institucionais e políticas dos membros do bloco. Terminado esse processo para a entrada é importante compreender o que levou ao país andino pedir o ingresso no MERCOSUL. Este tema será mais bem tratado no próximo item.

#### 3.4. AS RAZÕES QUE MOTIVARAM A DECISÃO DA BOLÍVIA PELO MERCOSUL

A parte final do trabalho irá se debruçar sobre os motivos que levaram o governo de Evo Morales a optar pelo ingresso do Estado boliviano no MERCOSUL. Apesar de que pudesse se supor que o motivo principal seria o motivo econômico, baseando-se no potencial comercial, sendo que o bloco regional representaria um mercado de aproximadamente 296

milhões de habitantes segundo os dados CEPAL (2020), esse motivo pode ser descartado. Na prática, o país andino já fazia parte, como um Estado-Associado, da área de livre comércio com o bloco, possuindo benefícios comerciais para exportar suas mercadorias para o bloco como foi descrito anteriormente no texto. Assim, existem outros benefícios políticos e econômicos que podem ser mencionados.

Pode-se dizer que o maior benefício econômico seria o tratamento especial e diferenciado que é conferido aos chamados “sócios menores” como o Paraguai e o Uruguai. Isso permitiria à Bolívia participar de programas de redução de assimetrias, sendo a participação no Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) o principal deles. É possível mencionar outros benefícios econômicos menores, que se intercalam com benefícios também sociais como a facilitação de residência para os cidadãos bolivianos nos outros países do MERCOSUL, o reconhecimento dos diplomas de ensino primário de secundário, fazer parte do instituto social do MERCOSUL, do Instituto MERCOSUL para Capacitação de Funcionários das Administrações Públicas, do Observatório Democrático do MERCOSUL entre outros benefícios (COLQUE RENJIFO, 2019, p.84; PONTES, 2007, p.18).

Nesse sentido, os fatores econômicos são incapazes de explicar a preferência pelo MERCOSUL pelo governo boliviano de Evo Morales. Afinal, os benefícios do comércio entre a Bolívia e os países membros do MERCOSUL já estavam constituídas nos acordos como membro-associado, enquanto os outros benefícios econômicos são vantagens adicionais, com o principal deles sendo poder receber financiamento do FOCEM.

Não sendo o fator econômico o motivo principal pela busca da integração boliviana com o MERCOSUL, as principais razões podem ser explicadas por uma estratégia de política externa do governo de Evo Morales. Devido às mudanças ocorridas no MERCOSUL a partir dos anos 2000, com presidentes progressistas assumindo o governo dos países-membros, o MERCOSUL passou a abarcar uma série de pautas além do comércio. Esse fato foi fundamental como oposição à proposta estadunidense de criação da ALCA, fazendo com que a mesma fosse arquivada. Portanto, o MERCOSUL era visto como fonte de autonomia.

O MERCOSUL era considerado pela Bolívia de Evo Morales como um bloco de projeção política, e que em escala mundial possui uma presença considerável. Seus membros apresentam fatores importantes como o tamanho de sua economia como bloco unificado, com destaque para Brasil e Argentina, que possuem produção agrícola de grande escala e parques industriais consolidados. Além disso, a partir dos anos 2000, o MERCOSUL se tornou um

contrapeso ao nível multilateral e regional para o avanço de políticas liberais apoiadas pelos Estados Unidos e pela Europa (LECHÍN, 2015, p.25).

A entrada boliviana no bloco representaria a possibilidade de se envolver em um elevado e constante diálogo político dentro do MERCOSUL, podendo fazer parte das decisões políticas dentro do bloco, não apenas em questões econômicas, mas também na política externa do bloco e em políticas sociais intra-bloco.

Esse fator é ainda mais realçado perante a perda de relevância econômica da ALBA e de divergências sobre a política comercial da CAN. O primeiro tinha potencial de liderança regional durante o crescimento da economia venezuelana, baseando-se no petróleo, porém a crise econômica da Venezuela fez com que a ALBA perdesse quase que totalmente sua relevância (LECHÍN, 2015, p.25). Por último, a CAN, que tem permitido a seus membros realizarem TLCs (Tratados de livre-comércio) bilaterais em detrimento aos interesses do conjunto de membros do bloco. Dentre os exemplos desta prática estão Peru e Colômbia que possuem acordos de livre-comércio com os Estados Unidos, e que fazem parte também da Aliança do Pacífico (AP) juntamente com Chile e México.

Para o governo boliviano, esse viés com conteúdo mais liberal e comercial, buscando o eixo Ásia-Pacífico é visto com maus olhos, o que o motivou a procurar outro bloco comercial, porém, ao contrário da Venezuela que deixou o bloco em 2006, a Bolívia ainda permanecerá como membro-pleno no bloco, apesar dos conflitos entre tratados que tal situação poderá gerar (GAZZOLA; ARAUJO, 2018, p.7-8).

Em um de seus últimos discursos como presidente em 2018, Evo Morales discursou durante a LIII Reunião do Conselho do Mercado Comum e da Cúpula dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados associados. Em um contexto de virada política nos países membros, com governos de centro-direita chegando ao poder, como Michel Temer no Brasil e Mauricio Macri na Argentina a situação do MERCOSUL era adversa. Evo Morales defende o intercâmbio econômico dentro do bloco, ao mesmo tempo, em que defendeu o seu modelo econômico-social e a intenção de que o MERCOSUL progrida para diminuir a desigualdade, como pode ser visto em Morales (2018):

No caso boliviano, a Bolívia cresce com base no investimento, investimento do Estado, do Governo, acompanhado pelo setor privado. Investimento privado nacional e internacional está garantido na Bolívia por constituição, acompanhado também de outros investidores que sejam: associações, cooperativas. Todos temos o nosso modelo, produto das eleições e são respeitadas as diferenças. Então, nosso objetivo é como evitar e acabar com a pobreza e garantir que não haja novos pobres, reduzir a pobreza, então como podemos a partir daqui fazer do MERCOSUL um modelo de integração para o bem do nosso povo, é o grande desejo que nós temos como Bolívia (MORALES, 2018, p.2, tradução própria).

Nesse discurso, fica representado que o desejo de Evo Morales é que o MERCOSUL não se limite apenas às trocas comerciais, mas que também apresente programas de cunho sociais.

Portanto, pode se concluir que inicialmente a entrada boliviana no MERCOSUL não foi vista como um grande trunfo para os países membros do bloco, fato este que mudaria a partir dos anos 2010, com o esgotamento da economia venezuelana e a desaceleração das economias de Brasil e Argentina, se modificando a percepção sobre a sua entrada, que passou a ser vista como um trunfo em um período complicado para o bloco.

Por parte do governo boliviano, a entrada do MERCOSUL não foi motivada só por benefícios comerciais, pois o país andino já podia desfrutar de vantagens por já ser um Estado-associado. As principais razões que levaram ao governo de Evo Morales de entrar no bloco estão baseadas no potencial de projeção da Bolívia sendo um Estado-membro do MERCOSUL, tendo capacidade relativa de influenciar nos rumos do bloco. Além disso, também se relaciona aos problemas enfrentados pelos outros blocos do qual a Bolívia fazia parte, com o esvaziamento do potencial da ALBA e as divergências políticas com os países da CAN.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo tentar compreender quais foram as principais motivações que levaram a Bolívia, governada por Evo Morales, em decidir por se integrar com o MERCOSUL. Para compreender tais motivos, julgou-se necessário abranger o contexto histórico da relação do país andino com os seus vizinhos, sendo este com uma história de bastante conflitos que resultaram em perdas territoriais nos anos pré-revolução de 1952, com a Guerra do Pacífico (1879-1883), em que perdeu uma faixa territorial e a sua única saída para o oceano para o Chile; a Guerra do Acre (1899-1903) em que perdeu parte do território amazônico para o Brasil; e a Guerra do Chaco para o Paraguai (1932-1935). Este último conflito, somado à exclusão da enorme população indígena dos processos decisórios foram o estopim para a revolução de 1952.

Nos períodos que se seguiram a Bolívia conviveu com uma crescente instabilidade política interna o que a impediu de ter um papel de protagonista nos principais processos de integração na região sul-americana como a ALALC / ALADI e a CAN, apesar de que, lhe foi permitidos relativas vantagens comerciais. Este papel só terá uma mudança qualitativamente com a entrada de Evo Morales na presidência em 2006. Tema este que foi mais bem analisado no segundo capítulo, demonstrando como se deu a chegada de Evo Morales ao poder e apresentando a conjuntura complexa internamente do país no início do século XXI.

Com a chegada de Evo Morales ao poder ocorreram mudanças substanciais, seu governo tinha como base a redução de desigualdades, principalmente aquela sofrida pela população de maioria indígena, a busca pelo desenvolvimento e uma política externa contrária a política externa apoiada pelos Estados Unidos. A sua política interna foi baseada na distribuição de renda, e na busca pelo desenvolvimento, para atingir tal ato, o governo nacionalizou os recursos minerais oriundos dos hidrocarbonetos que estavam em posse de empresas estrangeiras, fato este que gerou críticas internacionais além de ter que lidar com uma crescente oposição interna da região da Media Luna.

Na política externa o governo de Evo Morales teve que lidar com a ruim recepção internacional devido as nacionalizações dos hidrocarbonetos, fato este que afetava diretamente seu relacionamento com Brasil, que era o país de origem das empresas. Neste acontecimento o país andino teve o apoio de Hugo Chávez, então presidente da Venezuela, país que despontava como uma liderança regional, os dois países se aproximaram a partir da afinidade ideológica dos dois governos. Evo Morales também precisou aprofundar as relações

com Brasil e Argentina, que apesar do conflito diplomático devido as nacionalizações, eram parceiros comerciais muito importantes para as exportações bolivianas.

Precisou também fazer frente ao feroz cerco diplomático do qual recebeu por parte dos Estados Unidos e com as desavenças dentro do bloco da CAN com os outros Estados-membros. No que se refere ao CAN havia divergências sobre qual seria o melhor projeto adotado para o bloco. Da mesma forma, Morales também se empenhou na busca pela resolução diplomática da demanda histórica por recuperar uma saída para o oceano perante o Chile.

Finalmente, em relação à entrada da Bolívia no MERCOSUL era necessário compreender como se deu o processo de formação do MERCOSUL, seus motivos iniciais e a sua modificação ao longo do tempo. Tentou-se compreender também o contexto para o interesse do MERCOSUL de ter a Bolívia como membro, e como se deu esse processo de adesão, que ainda se encontra em curso. Respondendo o objetivo inicial do trabalho, pôde se concluir que não foi motivada só por benefícios econômicos, apesar de que com o país andino se tornando um Estado-membro do bloco pudesse ter algumas vantagens adicionais. Dentre estas, a principal seria poder receber financiamento do FOCEM. Portanto, como se citou, a motivação comercial não pode ser considerada a pedra angular da escolha por entrar no MERCOSUL, pois o país já conta com vantagens comerciais por ser um Estado-associado.

As motivações principais recaem na possibilidade de um potencial na projeção internacional da Bolívia, pois sendo um Estado-membro poderia participar dos processos decisórios do MERCOSUL, este que se apresenta como um bloco de importância na região. Além disso, como discutido, haviam as dificuldades enfrentadas por outros blocos dos quais a Bolívia participava, com a ALBA perdendo o seu potencial de influenciar regionalmente devido à crise econômica de seu mais rico Estado-membro, que é a Venezuela. Também foram mencionadas as divergências políticas enfrentadas na CAN, com parte dos Estados-membros apoiarem políticas que vão em um caminho contrário proposto pela Bolívia de Evo Morales, fazendo com que o governo avaliasse a possibilidade de entrar no MERCOSUL.

Por fim, cabe mencionar que esta dissertação foi realizada com o uso de textos e discursos oficiais do governo da Bolívia durante os anos de presidência de Evo Morales, além de fontes secundárias. Adicionalmente, foram criados mapas a partir do software Qgis em sua versão 3.3.28, de forma a ilustrar as informações contidas no texto. Por fim, é importante reafirmar que este trabalho tem como marco final a saída de Evo Morales da presidência em 2019.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALADI, Países Membros. 2022. Disponível em <https://www.aladi.org/sitioaladi/language/pt/paises-membros/>. Acesso dia 01 de novembro de 2022.
- ALBA, Acuerdo para la aplicación del ALBA y el Tratado de Comercio de los Pueblos. 2006.
- AVENDAÑO, Gabriel Sánchez. Treinta años de integración andina. Nueva Sociedad, v. 162, 1999.
- AVILA, Jean Paul. Bolívia: processos de mudança e política externa. Revista Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch, n. 8, 2007.
- BÁRCENA, Alicia, (2014), El modelo boliviano, Página 12, 6 DE JULIO DE 2014. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/cash/17-7780-2014-07-06.html>.
- BOFF, Ricardo Bruno; FRANCO, Samia. Ascensão e queda do governo Evo Morales na Bolívia (2006-2019) sob o prisma da “sociedade abigarrada”. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 10, n. 20, 2021.
- BOLÍVIA, Estado Plurinacional. Plan Nacional de Desarrollo. Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para vivir bien. Lineamientos Estratégicos 2006-2011. Gacetilla Oficial de Bolivia, 2007.
- BOLÍVIA, Gaceta Oficial. Decreto Supremo 28701. Evo Morales Ayma, Presidente Constitucional de la República, Héroes del Chaco, 2006.
- BOLÍVIA, M. d. ALBA-TCP. El amanecer de los Pueblos, la alianza antiimperialista de los pueblos de nuestra América. 2009.
- BOLÍVIA. Ministerio de hidrocarburos y energía. Plan para el desarrollo de las energías alternativas 2025. Estado Plurinacional de Bolívia. 2014.
- BOLÍVIA. Ministério de planificación del desarrollo. Decreto Supremo 29272 – Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien. Lineamientos Estratégicos 2006-11. Gaceta Oficial de Bolivia, 2007.
- BORBÓN, J.A., 2009. El Alba, Petrocaribe y Centroamérica: El Alba, Petrocaribe y Centroamérica: ¿intereses comunes? Nueva Sociedad, 219, pp.127-194.
- BRESSAN, Regiane Nitsch; LUCIANO, Bruno Theodoro. A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. Revista de Sociologia e Política, v. 26, p. 62-80, 2018.
- CAN, Países Membros. 2022. Disponível em <https://www.comunidadandina.org/quienes-somos/paises-miembros/>. Acesso dia 01 de novembro de 2022.
- CASTRO, Fabio S. M. de; GUERRA, Sinclair Mallet Guy; LIMA, Paulo Alves de. Bolívia pré-golpe: notas de um estudo de campo. Revista Fim do Mundo, nº I, jan/abr 2020.
- CEPAL, N. U. Os Povos Indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentos para a garantia de seus direitos. Síntese. 2015.

CEPAL. CEPALSTAT, Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. 2020. Disponível em <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html>

CEPPI, Natalia. a. La política exterior de Bolivia en tiempos de Evo Morales Ayma. Si Somos Americanos, v. 14, n. 1, 2014.

CEPPI, Natalia. b. Nacionalización de los hidrocarburos bolivianos: reflexiones sobre su impacto en lo doméstico y en los vínculos con Argentina y Brasil. CIENCIA ergo-sum, Revista Científica Multidisciplinaria de Prospectiva, v. 21, n. 2, 2014.

COLQUE RENJIFO, José et al. Importancia económica de la adhesión del Estado Plurinacional de Bolivia al Mercosur. Tese de Doutorado. 2019.

CORREA-VERA, Loreto; GARCÍA PINZÓN, Viviana. Turbulencias desde el mar: Chile y Bolivia. Si somos americanos, v. 13, n. 1, 2013.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. A expansão do Mercosul: a Bolívia no centro da integração continental. 2012.

CUNHA-FILHO, Clayton Mendonça; DELGADO, Ana Carolina. Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales. Tensões Mundiais, v. 6, n. 10, 2010.

DINIZ, Alexandre; CAMPOLINA, Maira. Raízes histórico-geográficas da formação e dilapidação do território boliviano. Geografia, v. 31, n. 3, 2006.

GAMA, C. F. P. S. O Plano B que Satisfaz: a Entrada da Bolívia no MERCOSUL. SRZD, 28 jul. 2015.

GAZZOLA, A. E. T. ; ARAUJO, A. L. . Bolívia: o processo de tornar-se membro pleno do Mercosul. 2018.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato. O que foi a área de Livre Comércio das Américas. ALCA DEZ ANOS: Fracasso e alerta a novas negociações. Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2015.

KATZ, Claudio. Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo. São Paulo, 2016.

KLEIN, Herbert S.; BARNADAS, Josep M. Historia de Bolivia. URQUIZO, 1993.

LECHÍN, Daniel Agramont. Bolivia mira hacia el sur: el ingreso al Mercosur y la política exterior de Evo Morales. Nueva Sociedad, n. 259, 2015.

LIGI, Luciano. Mercosul 20 anos. Revista Desafios do desenvolvimento, 2011.

MATTLI, W., 1999. The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond. New York: Cambridge University Press.

MAYORGA, Fernando, (2014). Entrevista, disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/528205-o-caminho-boliviano-entrevista-com-fernando-mayorga>.

MOLINA, Fernando. ¿ Por qué Evo Morales sigue siendo popular? Las fortalezas del MAS en la construcción de un nuevo orden. Nueva Sociedad, n. 245, 2013.

- MOLINA, Fernando. Bolivia: la geografía de un conflicto. Nueva Sociedad, v. 218, n. 6, 2008.
- MORALES, Evo. Bolívia, fator de integração. Revista DEP – Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília. no. 4. abril/junho, 2006.
- MORALES, Evo. Ministerio relaciones exteriores. Discurso del Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, Evo Morales Ayma, en la LIII Reunión del Consejo del Mercado Común y Cumbre de Presidentes de Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados. 2018.
- MOTTA, Marcella et al. A evolução da integração regional na América do Sul e a Crise do Mercosul. Conjuntura Global, v. 2, n. 3, 2013.
- NESO, Nicola. De la guerra del agua hasta la guerra del gas-los movimientos sociales de Bolivia y la elección de Evo Morales. Iberofórum. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana, v. 8, n. 15, 2013.
- OLIVEIRA, Renata Peixoto de. Pós-neoliberalismo e a configuração de novas alianças políticas na América Latina: Bolívia, Venezuela e Equador. 2012.
- PINTO, M.E. Seguridad democrática e integración en los países andinos: ¿consolidación o fragmentación? Comentario Internacional, 2001.
- PONTES, Equipe. Adesão da Bolívia ao Mercosul: oportunidades e desafios. Pontes, v. 3, n. 2, 2007.
- QUITRAL ROJAS, Máximo. La política exterior de Evo Morales. Revista Latinoamericana de Desarrollo Económico, n. 21, 2014.
- RADA, Eduardo Paz. Bolivia: geopolítica, integración regional y relaciones Internacionales (2006-2019). Universidade de La Habana, n. 29, jul/dic. 2020.
- RAMAL, Pablo. El acuerdo Bolivia-MERCOSUR: una evaluación de los resultados para Bolivia. Revista del CEI. Comercio Exterior e Integración, n. 9, 2007.
- RAMOS, M.A.H., 2011. Etapas de la integración en América Latina. In VV.AA. Derecho de la integración: Unión de Naciones Suramericanas UNASUR. Bogotá: Grupo Editorial Ibañez.
- RESTIVO, Santiago. Bolivia en los diferentes procesos de integración regional. Informe Integrar, 2018.
- RESTIVO, Santiago. La adhesión como estado parte del Estado Plurinacional de Bolivia al Mercosur. Informe Integrar, 2017.
- RODRÍGUEZ-CARMONA, Antonio. Evo Morales: el renacer boliviano en clave regional. Papeles de cuestiones internacionales, n. 93 , 2006.
- SANTOS, A. T. ; SANTOS, Karine R. . Bolívia e Peru: perspectivas compartilhadas com relação à UNASUL. In: 3 Encontro Nacional da ABRI: Governança Global e Novos Atores, 2011, São Paulo. Anais do 3 Encontro Nacional da ABRI, 2011.
- SARAIVA, Miriam Gomes; DE LACERDA GONÇALVES, Ana Lúcia; CLEMENTE, Stephanie Braun. A Política Externa Paraguaia e Boliviana Frente às lideranças do Brasil e da Venezuela na América do Sul. Paraguayan and Bolivian Foreign Policy in front of the

- leadership of Brazil and Venezuela in South America. *Mural Internacional*, v. 12, p. 60235, 2021.
- SOARES FILHO, José et al. MERCOSUL: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. *Revista CEJ*, v. 13, n. 46, 2009.
- STEFANONI, Pablo. Siete preguntas y siete respuestas sobre la Bolivia de Evo Morales. *Nueva Sociedad*, v. 209, 2007.
- TEMKE, Guilherme. MERCOSUL: contexto histórico, efeitos na economia brasileira e desafios para o futuro. Pontifícia Universidade Católica - PUC Rio de Janeiro, 2020.
- TUSSIE, D. & TRUCCO, P., 2010. Nación y Región en América Del Sur: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana. Buenos Aires: Teseo.
- UNIÃO, DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas. Assinado em Brasília, em, v. 23, 2015.
- VALENCIA-AGUDELO, Germán Darío. Crisis de representación, lucha por el poder y surgimiento de la oposición en la Bolivia reciente. 2009.
- VALLE, Juan Ignacio Siles del. A nova política externa da Bolívia. *Diplomacia, Estratégia e Política*. Brasília, Ano, v. 1, 2004.
- VARGAS-SUÁREZ, Rosío. La nacionalización de los hidrocarburos bolivianos en la presidencia de Evo Morales Ayma. *Latinoamérica. Revista de estudios Latinoamericanos*, n. 49, 2009.
- VICENTINI, Marcelo Fonseca. Integração econômica—a experiência europeia e os desafios do MERCOSUL. *Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión*, p. 171-194, 2013.
- VILARINO, Ramon Casas. Lutas Sociais na Bolívia—entrevista com Evo Morales. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 31, 2005.
- ZEGARRA, J., 2005. La apuesta sindical por la integración andina. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 24(1), pp.85-103.
- ZONCO-VILLCA, Lidia. La integración sudamericana como instrumento de desarrollo integral para Bolivia. 2008. Tese de Doutorado.